

Acção **Socialista**

Nº 1194 - 9 Abril 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



COM OS MILITANTES NA LUTA PELAS CAUSAS

“Normalmente as remodelações têm dois cenários possíveis. Ou resultam de uma vontade política expressa e de uma grande determinação por parte do primeiro-ministro ou da necessidade por imperativo das circunstâncias, que não são controláveis, de fazer alterações no Governo. Foi claramente a segunda situação que se verificou.”

É com determinação e vontade política que desempenha as funções de secretário-geral do PS, talvez por entender este lugar mais como um serviço do que como uma ambição pessoal, apesar de nunca ter tido o desejo de se catapultar para este cargo. Em entrevista ao “Acção Socialista”, que pela primeira vez chega a todos e a cada um dos militantes do PS, Ferro Rodrigues pede participação activa

no partido e, internamente, avisa para os perigos do fogo amigo que “pode matar”.

“Se o País estava de tanga, agora está de fio dental”, afirma Ferro Rodrigues em relação à situação económico-financeira a que Portugal foi conduzido pelo Governo de direita que mais parece estar em fim de mandato e não a comemorar um ano de existência.

Centrais

ACTUALIDADE

**Governo em crise
leva a remodelação
forçada**

3

PARLAMENTO

**O PS tudo fará para
corrigir a lei do
Rendimento Social
de Inserção no
sentido apontado
por Sampaio**

7

EUROPA

**Conferência
interparlamentar
deve substituir
COSAC**

14



PELO EMPREGO E PELA PAZ Ferro Rodrigues em Fafe

6ª feira, 11 Abril 2003 - 21:30 h Pavilhão Nun'Álvares Fafe



9

UM JORNAL PARA TODOS OS SOCIALISTAS

Esta mudança é capital. O "Acção" transformar-se-á plenamente num instrumento de ligação entre todos os membros do PS, o canal privilegiado da informação e também, queremos-lo, da formação, da mobilização, do interconhecimento e do debate de ideias.

Hoje inicia-se uma nova fase na vida do "Acção Socialista". Cumprindo as determinações estatutárias aprovadas no último Congresso, o jornal passa a ser distribuído a todos os militantes. Ao mesmo tempo, a sua periodicidade passa a quinzenal.

Esta mudança é capital. O "Acção" transformar-se-á plenamente num instrumento de ligação entre todos os membros do PS, o canal privilegiado da informação e também, queremos-lo, da formação, da mobilização, do interconhecimento e do debate de ideias.

Aumentam as responsabilidades da direcção e da redacção. Este número reflecte já algumas mudanças que julgámos necessário ou útil introduzir, no plano gráfico e dos conteúdos. Outras serão introduzidas gradualmente, de modo a que, sem qualquer ruptura com o passado, possamos renovar e enriquecer o órgão oficial do nosso partido.

Gostaria de destacar os pontos essenciais da organização das secções e dos conteúdos do jornal. Assim, em primeiro lugar, queremos aumentar a capacidade de transmissão da informação relevante, em tempo útil. Para além da secção de Actualidade, conservaremos e desenvolveremos as páginas sobre o Parlamento, as Autarquias, a Europa e a Iniciativa do partido e das suas diferentes estruturas. Ao mesmo tempo, procuraremos destacar sempre, em cada número, a Agenda das iniciativas futuras do PS, de forma a que o "Acção" seja o meio de contacto e mobilização dos militantes e simpatizantes para as acções políticas.

No sentido de consolidar a qualidade jornalística e diversificar as abordagens, continuaremos a privilegiar a Entrevista, sobre temas de actualidade, a personalidades da esquerda democrática; prosseguiremos também com os Perfis, quer de militantes quer de estruturas partidárias. Faremos também, sempre que

oportuno, Inquéritos sobre temas específicos, sendo que o primeiro incidirá naturalmente sobre os projectos das candidatas que se apresentarão à eleição do presidente do Departamento das Mulheres Socialistas.

Mas reforçaremos a área da formação, mantendo sempre uma secção de Argumentos, na qual porta-vozes qualificados apresentarão sistematicamente as posições do PS em questões-chave da vida política. Começando, como não podia deixar de ser, hoje, pela divulgação da posição final do PS sobre o projecto de Código de Trabalho.

Queremos também dar mais destaque e consistência à troca de ideias. Fã-lo-emos de três maneiras: continuando como o nosso espaço de Tribuna livre, aberto à participação espontânea dos leitores; mantendo as colunas de Opinião; e abrindo uma nova secção de polémica, na qual se procurará lançar novas ideias e submetê-las a debate franco e livre. Procuraremos ainda não esquecer o Humor, esse bom companheiro da democracia, e tentaremos que a última página do jornal seja ocupada com sugestões lúdicas e culturais, que possa ajudar às Escolhas de cada um.

O programa parece ambicioso. Depende muito da redacção, do "lado de cá". Mas depende também, depende fundamentalmente dos leitores, isto é, dos socialistas. Só é possível levar o jornal a todos se todos assegurarem o pagamento atempado das quotizações. Só é possível dar conta, no jornal, das iniciativas, se todas as federações, concelhias, secções, vereações, grupos parlamentares, nos fizerem chegar informação precisa sobre o que fazem e o que vão fazer. Só é possível vitalizar o jornal, se ele for lido, comentado, criticado, em suma, se for, cada vez mais, doravante, um recurso e uma companhia habitual da vida cívica de cada um.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

ALÁ!!! ALÁ!!!

ANTOONIO COLAÇO



— RUA!
— PRONTO, PRONTO, RENDEMO-NOS!

GOVERNO EM DECADÊNCIA

O Governo de direita padece de envelhecimento prematuro que não lhe dá quaisquer razões para celebrar um ano à frente dos destinos do País, como pretendeu fazer com o Conselho de Ministros de Fronteira. A esta "amarga comemoração", como lhe chamou o secretário-geral, respondeu este fim-de-semana o PS com uma manifestação da sua pujança política ao realizar os congressos federativos que prepararam o terreno para a implementação de uma estratégia ganhadora. Este foi o núcleo central das mensagens que Ferro Rodrigues deixou nos Congressos de Lisboa e Porto, fazendo um apelo especial à unidade interna: "Os nossos adversários estão todos fora do Partido Socialista", sublinhou.



Ferro Rodrigues dedicou grande parte dos discursos que proferiu na abertura do congresso do Porto e no encerramento do de Lisboa às críticas ao Executivo de Durão Barroso, nomeadamente às "promessas esquecidas" de baixar os impostos e aumentar as pensões. "Durão Barroso prometeu tudo a todos, mas no Governo pratica um programa escondido", afirmou. Aparentando a crise orçamental, a recessão económica e o aumento dos índices de desemprego, Ferro Rodrigues no Porto questionou a real existência de reformas: "Eu pergunto se os portugueses se lembram de alguma reforma que tenha mudado as suas vidas?" disse, para em seguida acusar o Executivo de não demonstrar "capacidade de resposta" face à "gravíssima crise de desemprego". Pelo contrário, afirmou o secretário-geral dos socialistas, "o que os portugueses sentem é que a crise orçamental que existia não foi resolvida e que ao mesmo tempo há uma recessão económica e uma gravíssima crise de desemprego". Por outro lado, Ferro Rodrigues afirmou ainda que "as respostas que o Governo tem dado em termos de restrição do investimento público e de aumento de impostos são erradas nesta conjuntura económica nacional e internacional".

Na sessão de encerramento do Congresso da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, reforçou as críticas e carregou no tom relativamente aos nomes indicados para a substituição de Isaltino Morais e Valente de Oliveira. "Quando é difícil arranjar grandes nomes é sinal de que o Governo já está em fase terminal", afirmou Ferro Rodrigues, aludindo à sua experiência enquanto membro dos governos de António Guterres. "Este Governo já está com problemas de substituição do seu pessoal político, típico de um Governo que está em decadência", havia afirmado horas antes no Porto. Apesar do estado de "fase terminal" do Governo de coligação, o PS não irá reivindicar eleições antecipadas nem provocar uma

"crise política artificial". "Temos de ter algum oxigénio porque queremos que os prazos eleitorais se cumpram e queremos que o Governo faça aquilo que prometeu", afirmou o líder socialista no encerramento do XI Congresso da FAUL, que decorreu no Centro de Congressos da antiga FIL da capital. Para Ferro Rodrigues, a coligação PSD/ CDS-PP passou directamente de uma primeira fase marcada pelas "reformas que iam ser, com muita conversa e muita ameaça", para uma segunda fase em que o "desânimo já reina".

Em relação à situação económica, o líder do PS chamou a atenção para o facto deste ano de Governo ser marcado pela "irresponsabilidade, pela depressão e pela falta de confiança". Com o discurso da língua, "eles conseguiram criar um ambiente muito depressivo, mas o que é um facto é que o País está hoje nas ruas da amargura a vários níveis, desde a economia até ao nível social" afirmou. Os indicadores, que saíram no mês de Março, segundo Ferro Rodrigues, revelam que se "conseguiu bater o recorde de falta de confiança dos

portugueses", desde os consumidores aos empregados.

Votar contra o Código do Trabalho

Sobre o Código do Trabalho que a direita se prepara para aprovar no próximo dia 10, o líder do PS afirmou "ser uma vergonha que não tenham acesse uma única proposta". "Sem medo que nos chamem radicais ou de esquerda, vamos votar contra porque é uma coisa negativa para Portugal e para os portugueses" declarou Ferro Rodrigues.

Sem complacências na análise, o secretário-geral do PS considerou que o Governo aposta tudo na gestão do ciclo segundo a fórmula "fazer todo o mal agora" na esperança de que os portugueses tenham curta memória, para mais tarde, na segunda parte deste mesmo ciclo, "apresentarem algumas melhorias inevitáveis". Mas, Ferro Rodrigues avisa que depois das coisas terem descido abaixo do que seria normal, qualquer pequena

melhoria "pode ser vista como grande realização". "Mas eu acho que eles menosprezam o povo português e o eleitorado. Em todas as sondagens e estudos de opinião, os portugueses mostram que não gostam de ser enganados, o eleitorado não gosta de mistificações", afirmou o líder socialista. Por isso, está convencido "de que a memória não vai ser curta e que nos próximos ciclos eleitorais vamos ter não apenas a oportunidade mas o dever de dar ao País respostas positivas, respostas socialistas".

A situação internacional serviu também para nova ofensiva contra o Governo. "Também nos melaram numa posição em relação à guerra no Iraque que é contrária ao sentimento do povo

português, ao Direito Internacional e a toda a prática política seguida pelos governos portugueses depois do 25 de Abril", sublinhou.

Na análise que faz do posicionamento de Portugal nesta grave crise, Ferro Rodrigues considera que "o País não perdoa também ao Dr. Durão Barroso o facto de ter estado nas Lajes a fazer um ultimato não a Saddam, mas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Aliás, o ultimato que foi feito na cimeira das Lajes ao Conselho de Segurança deu menos tempo ao Conselho de Segurança do que mais tarde a administração americana deu a Saddam Hussein e aos seus filhos". Segundo o secretário-geral do PS, assim se demonstra que Portugal, "com



DEMISSÕES PRECISAM DE SER TOTALMENTE ESCLARECIDAS

Instando pelos jornalistas a pronunciar-se sobre as demissões dos ministros Isaltino Morais e Valente de Oliveira e a subsequente remodelação governamental, o secretário-geral do PS, à chegada ao Forum da Maia onde presidiu à abertura do Congresso da Federação do Porto, considerou que "o Governo ao longo deste ano criou uma situação de recessão económica e de crise de desemprego muito grave, criou um ambiente depressivo, um ambiente de falta de confiança. E esse ambiente que agora se sente dentro do próprio Governo". Para Ferro Rodrigues, "esta não é uma remodelação dirigida pelo primeiro-ministro, esta foi uma remodelação a que o primeiro-ministro se viu obrigado 48 horas antes duma comemoração de um ano de Governo onde se esperavam medidas, aliás, nas áreas do ambiente e do investimento público debaixo da tutela do Ministério das Obras Públicas".

Sobre os nomes indicados para as pastas remodeladas, Ferro Rodrigues afirmou que "do ponto de vista político e técnico os nomes escolhidos têm muito menos currículo, pelo que há um enfraquecimento do Governo". Por outro lado, do ponto de vista da representação nacional no Executivo, o líder do PS considerou que "a saída do ministro Valente de Oliveira representa também o enfraquecimento da região Norte". Em relação aos motivos que rodearam a demissão do ministro Isaltino Morais, o líder socialista exigiu cabais esclarecimentos: "Todas as questões ligadas a essa celebração na Suíça, quem é de facto o seu titular, de que forma é que o património foi crescendo, o que se passa em termos fiscais, tudo isso tem de ser esclarecido", afirmou Ferro Rodrigues.

esta administração, entrou numa lógica completamente contraditória com tudo aquilo que é prática democrática, lógica constitucional e interesses do País”.

Para o pós-guerra, Ferro Rodrigues conserva a esperança de que Portugal “possa erguer a sua voz no sentido de não permitir que o futuro político da nação iraquiana seja comandada por quem quer que seja fora do quadro das Nações Unidas”.

Falando sobre o futuro do partido e do próximo ciclo eleitoral, Ferro sublinhou que o PS concorrerá sozinho com listas próprias ao Parlamento Europeu. “Concorremos às eleições europeias com o nosso programa, com a nossa autonomia, com os nossos objetivos”, pois, adiantou, “nem outra coisa seria de esperar do partido que foi fundador do ideal europeu em Portugal e que sabe o que quer para a Europa e para Portugal na Europa”.

Afinar a estratégia

O Congresso Nacional do PS de 2004, segundo o secretário-geral, servirá sobretudo para afinar a estratégia das autárquicas, das presidenciais e das legislativas, tendo também presente que no próximo ano



haverá eleições regionais “muito importantes para nós, nomeadamente nos Açores”.

“Para partirmos bem para as presidenciais e para as legislativas, temos de partir com um vitória nas autárquicas de 2005. Estamos a preparar-nos para

isso, temos todas as condições para o conseguirmos fazer”, assegurou tanto aos congressistas de Lisboa como do Porto.

Mostrando-se convencido de que o PS sai mais forte depois de todos os congressos federativos que se

realizaram no passado fim-de-semana em que os socialistas amplificaram nas 19 distritais um único discurso político, Ferro Rodrigues congratulou-se com a “participação fortíssima dos militantes do PS nos actos eleitorais”.

“O partido tem hoje militantes que

querem ter uma voz activa, interventiva e permanente na sua vida interna e que não querem ser chamados apenas quando há comícios ou grandes reuniões” afirmou.

Ferro Rodrigues deixou também palavras de grande apreço quer para os anteriores presidentes das federações quer para os novos dirigentes.

No Porto, sublinhou que Narciso Miranda esteve sempre a seu lado e ao lado do PS, e que com Francisco Assis partilhou bons e maus momentos durante da última passagem socialista pelo Governo, quando este camarada era líder parlamentar. Em Lisboa elogiou o papel de Edite Estrela “património vivo do PS”, e destacou o facto de Joaquim Raposo ser a demonstração de que “é possível renovar com homens e mulheres que há muitos anos fazem parte do PS”.

Foi com um apelo à unidade que o líder do partido terminou as suas intervenções no Porto e em Lisboa: “Quando um congresso acaba o fundamental é que o bom senso permita que todos estejamos unidos porque na vida democrática não há inimigos, só há adversários. Os nossos adversários estão todos fora do PS”, concluiu.

S.G.S.

ELEIÇÕES FEDERATIVAS REFORÇAM LUTA NO TERRENO CONTRA O PSD/PP

As federações distritais do Partido Socialista realizaram este fim-de-semana os seus congressos, dando assim o tiro de partida para a afirmação do partido no terreno e para os combates eleitorais que estão já no horizonte, designadamente as eleições que em 2005 se realizam para o Parlamento Europeu e para as autárquicas. Concluiu que está o processo eleitoral, o adversário de todo o partido é agora só um: o PSD e a coligação de direita.

Do conjunto dos congressos, aqueles onde se travou uma luta mais renhida, registando até alguns resultados inesperados, foram Porto, Setúbal e Faro. Mas mesmo nestes, apesar da disputa interna, os candidatos estão sintonizados no mesmo sentido, de pretenderem um partido coeso, aberto ao exterior e pronto para a denúncia das políticas PSD/PP, que tanto têm prejudicado os portugueses. O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e perto de uma dezena de dirigentes nacionais estiveram presentes nos congressos federativos, encerrando-os com apelos à mobilização do partido e ataques cerrados às políticas do Governo de direita. Almeida Santos, Paulo Pedroso, António Costa, Augusto Santos Silva, Ana Gomes, João Cravinho, Pedro Adão e Silva, José Sócrates, Vieira da Silva, Luís Nazaré, Ana Benavente, Ana Gomes, António José Seguro, Alberto Martins e Rui Cunha, foram os dirigentes nacionais que estiveram presentes de norte a sul do país, amplificando junto dos militantes a mensagem política do Partido Socialista e fazendo um balanço negro de primeiro ano de governação.

Em Aveiro, Alberto Souto confirmou a sua liderança, numa disputa acesa. No congresso, acabou por eleger para a



Comissão Política 33 membros da sua lista, contra apenas 28 de Afonso Candal, o seu opositor.

Vitor Baptista, que se apresentou à cabeça da Lista B, obteve um vitória clara em Coimbra, depois de na eleição para presidente da federação ter conseguido 72,5 por cento dos votos. Para a Comissão Política Distrital, o presidente eleito conseguiu eleger 54 membros, contra 17 da sua adversária, Teresa Alegre.

Em Faro, onde se registou uma afluência recorde de 80 por cento, o presidente eleito foi Miguel Freitas, embora tivesse sido a moção de estratégia de Luís Carilo a obter mais votos (139) do que as de seus opositores. Assim, Miguel Freitas obteve 111 votos, ainda menos do que a do terceiro candidato, Manuela Neto, com 131 votos.

Em Setúbal, Maria Amélia Antunes, presidente da Câmara do Montijo, ganhou a presidência da federação,

mas não conseguiu obter a maioria para a Comissão Política, já que Alberto Antunes eleger 22 apoiantes e Emídio Xavier 6.

Em Beja, o autarca de Ferreira do Alentejo, Luís Ameixa, voltou a ganhar à vontade as eleições para a Comissão Política com a moção de orientação “O PS, Primeiro, Sempre”. Conseguiu eleger dois terços dos elementos da sua lista, isto é, 35 contra apenas 16 da que apoiou António Camilo.

Em Évora e em Portalegre não houve surpresas, já que Henrique Troncho e Ceia da Silva, respectivamente, concorreram sozinho. Troncho, com a moção “Pelo Alentejo, sempre” obteve 253 dos 258 votos expressos, e Ceia da Silva não teve oposição à sua moção “Pelo norte alentejano fazer bem, sempre”.

Em Castelo Branco, Fernando Serrasqueiro, que concorreu sem opositores, viu a sua moção “Proseguir na rota certa” ser aprovada por



unanimidade. Também aprovadas foram as moções de Fernando Cabral, na Guarda, intitulada “A força de um ideal”, e a de Miguel Medeiros, em Leiria, que eleger os 55 representantes apenas com 9 votos contra. A moção que apresentou tinha o título “Pelo futuro, convergir para vencer”.

Em Viana do Castelo, Rui Solheiro foi eleito com 84,8 por cento dos votos. Já para a Comissão Política, Solheiro eleger 42 apoiantes, contra apenas 9 do seu concorrente, José Carlos Resende.

Em Vila Real, Ascenso Simões também não teve dificuldade em ser reeleito. Com a moção “Um novo tempo”, aprovada por unanimidade, eleger os 31 elementos da Comissão Política com 117 votos favoráveis num universo de 124. Em Braga, Joaquim Barreto foi o único a apresentar-se, com a lista “Unidos pelo distrito para novos desafios”. A Comissão Política será liderada pelo autarca de Braga, Mesquita Machado.

Em Bragança, Mota Andrade conseguiu ser reeleito, embora com alguma disputa. Nas eleições para a Comissão Política, Mota Andrade, que se apresentou com a moção “O futuro com o PS”, eleger 28 elementos, contra 17 da lista opositora, encabeçada por Aires Ferreira.

Em Viseu, José Junqueiro disputou as eleições com Paulo Albernaz, ganhando com uma folga considerável. Junqueiro, com a moção “Preparar o futuro”, eleger 58 dos 71 membros para a Comissão Política e manteve-se presidente da Federação com a confiança de 79,3 por cento dos militantes que exprimiram o seu voto. Na Federação do PS/Oeste, José Augusto Carvalho apresentou-se com a moção “Afirmar as bases do futuro” e eleger os 27 membros da Comissão Política com 83 votos, registando apenas quatro brancos.

Em Santarém, a luta foi mais renhida em virtude de existirem três candidaturas, não obstante Paulo Fonseca ter ganho à primeira volta de forma inequívoca com 55,1 por cento dos votos. Para a Comissão Política, Paulo Fonseca arrecadou 67,2 por cento dos votos, contra 32,7 de Rui Barreiro.

No Porto, a lista de Narciso Miranda surpreendeu ao conseguir 36 lugares, contra 35 da lista apresentada por Francisco Assis. Tanto na Comissão de Jurisdição como na Comissão Económica, Narciso eleger mais um elemento que Francisco Assis. De referir que Francisco Assis ganhou as eleições para presidente da Federação do Porto com 52 por cento dos votos expressos. Em Lisboa, Joaquim Raposo foi o único a apresentar lista para a Comissão Política, sucedendo assim sem quaisquer obstáculos a Edite Estrela.

PORQUE SOMOS CONTRA ESTE CÓDIGO DO TRABALHO

1. O PS defende que a lei e a contratação colectiva de trabalho devem responder melhor aos desafios da promoção da cidadania e da equidade no trabalho e no emprego, da melhoria do emprego e do acréscimo da produtividade empresarial. A proposta de Código de Trabalho que a direita quer aprovar vai em sentido contrário: degrada os direitos dos trabalhadores: ataca a liberdade sindical, o direito à negociação colectiva e o direito à greve; e pouco ou nada contribui para o aumento sustentável da competitividade das empresas.
2. O novo Código do Trabalho é conservador e retrógrado porque ignora a própria evolução do Direito do Trabalho ao longo de todo o século XX; assenta na ficção da igualdade das partes na relação laboral, sobrepe a relação individual de trabalho às relações colectivas de trabalho e combina a desregulamentação dos mercados de trabalho com intervenções casuísticas e autoritárias do Governo. Esta orientação é contrária à consagrada na Constituição da República Portuguesa.
3. O novo Código do Trabalho adopta, à revelia do direito comunitário, uma concepção restritiva da desigualdade de género no trabalho e na vida familiar e, ao arrepiar o que a Constituição impõe, não promove a igualdade entre os sexos no trabalho e na família. Por exemplo, não reconhece ao pai o direito a não prestar trabalho extraordinário durante os primeiros doze meses da vida do filho ou filha. Este Código prejudica ainda mais a condição das mulheres e o equilíbrio das famílias.
4. Este Código mantém a indefinição quanto a vários regimes jurídicos como é o caso do aplicável ao trabalhador estudante, da protecção jurídica dos salários, dos direitos das comissões de trabalhadores e dos delegados sindicais, entre outros. Por exemplo: com este Código, o trabalhador estudante ficará sem saber que direitos tem quanto a licenças e dispensas para a prestação de provas escolares; com este Código, as comissões de trabalhadores verão reduzidos os créditos de horas para a sua actividade.
5. Este Código põe em causa a segurança e estabilidade no emprego, aumentando a duração da contratação a termo, facilitando os despedimentos e permitindo que certas empresas possam opor-se à reintegração de trabalhadores ilegalmente despedidos, comprando miseravelmente o "direito" a despedir!
6. Este Código altera o conceito de trabalho nocturno, diminuindo o número de horas consideradas como de trabalho nocturno e produzindo efeitos discriminatórios nas remunerações dos trabalhadores recém-contratados.
7. Este Código restringe os direitos individuais dos trabalhadores, facilitando a mobilidade funcional e geográfica involuntária, o que põe em causa, uma vez mais, princípios fundamentais com expressão constitucional.
8. Este Código reforça os mecanismos de adaptabilidade não negociada, com prejuízo nítido para os trabalhadores e suas famílias beneficiarem da conciliação entre a vida profissional e pessoal.
9. Este Código desrespeita claramente o princípio da liberdade sindical e o direito de negociação colectiva, protegidos pela Constituição da República e definidos pelas normas internacionais do trabalho como pilares fundamentais dos direitos sociais do trabalho.
10. Este Código permite a criação de "vazios contratuais" em sectores e empresas onde actualmente vigoram convenções colectivas de trabalho.
11. Este Código torna lícita a intervenção casuística, discricionária e autoritária do Governo na determinação da regulamentação do trabalho, o que contraria frontalmente as normas e a doutrina da Organização Internacional do Trabalho.
12. Este Código ataca duramente o direito constitucional à greve. Por um lado, permite a substituição de grevistas por empresas de prestação de serviços, mesmo que não se trate de assegurar os serviços mínimos. Por outro lado, permite escandalosamente que sindicatos, ainda que nem sempre representativos, prescindam do direito à greve que a Constituição reconhece aos trabalhadores, só para poderem assinar um contrato colectivo.
13. Por todas estas razões, o Código do Trabalho não permitirá atingir nenhum dos objectivos que se propõe: não promoverá a competitividade empresarial, não promoverá o emprego nem combaterá o desemprego e a desigualdade de oportunidades. Constituirá um ataque da maior gravidade contra as liberdades e a cidadania no mundo do trabalho e contra a liberdade sindical e os direitos colectivos dos trabalhadores. Por isso, o PS está frontalmente contra o Código do Trabalho da direita.

PERCURSOS

ISABEL PIRES DE LIMA

LER (JOSÉ CRAVEIRINHA) UMA BELÍSSIMA POESIA NOSSA IRMÃ

José Craveirinha, poeta moçambicano recentemente falecido, aos 80 anos, é uma das vozes fundadoras da literatura moçambicana. *Xigubo*(1964) foi o seu primeiro livro, logo apreendido pela PIDE, ao qual se seguiram muitos outros de que se destaca *Karingana ua Karingana, Ceta 1, Maria*. Muito premiado nacional e internacionalmente (prémio Camões em 1991), foi um embaixador da literatura moçambicana no mundo.

A sua poesia canta a revolta, a raiva, o amor, a solidariedade e faz a denúncia frontal da injustiça social e racial, como testemunham estes versos do poema "Grito negro":

Eu sou carvão.
Tenho que arder
Queimar tudo com o fogo da minha
Combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.

E canta um ideal de mestiçagem harmoniosa, de que resto o marca biologicamente, filho que foi de pai algarvio branco e de mãe ronga negra, mestiçagem cultural espelhada no poema, "A fraternidade das palavras", que termina assim :

E eis que num espasmo
de harmonia como todas as coisas
palavras rongas e algarvias ganguissam
neste satanhoco papel
e recombinam em poema.

Craveirinha foi um apaixonado pela língua portuguesa que cultivou com exaustivo



trabalho e que aprendeu a amar pelos lábios desse pai algarvio, colono pobre, cuja voz grave relembra "reclando Guerra Junqueiro ou Antero", a quem ele dedicou um extraordinário poema intitulado "Ao meu belo pai ex-emigrante", no qual garante:

(...) não esqueço
meu antigo português puro
que me geraste no ventre de uma tombozana
eu mais um novo moçambicano
semiclaro para não ser igual a um branco
qualquer
e seminegro para jamais renegar
um glóbulo que seja dos Zambezes do
meu sangue.

Perdemos, moçambicanos e portugueses, um grande poeta de língua portuguesa. Sugiro a leitura da sua poesia, que está publicada entre nós pela Editorial Caminho, e garanto que lerão a confirmação dos seguintes versos seus:

Amigos:
as palavras mesmo estranhas
se têm música verdadeira
só precisam de quem as toque
ao mesmo ritmo para serem
irmãs.

Descobrirão ou redescobrirão, os que já o leram, uma belíssima poesia nossa irmã.

NOVO SISTEMA DE QUOTAS



Com a recente aprovação e entrada em vigor do novo Regulamento de Quotização o sistema de pagamento de quotas foi substancialmente alterado.

Em carta dirigida aos militantes, o secretário Nacional para a Organização, Paulo Pedroso, explica que o regulamento aprovado visa "introduzir alterações para cumprimento das regras estipuladas pelo Tribunal Constitucional e pela Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, na identificação das receitas do Partido", ao mesmo tempo que melhora comunicação interna no PS.

As quotas, que incluem o envio do "Acção Socialista" quinzenalmente para a residência de cada militante, foram classificadas de modo diferente. Assim, nos termos do novo regulamento, coexistem as quotas ditas "normais", cujo montante foi fixado em 2 (dois) euros mensais, as "suplementares" definidas como qualquer montante pago pelo militante que exceda o valor estipulado, e as de "solidariedade", ajustadas em 1 (um) euro, sendo estas pagas apenas pelos camaradas em situação económica desfavorável comprovada.

O pagamento das quotizações pode ser feito anualmente (em Fevereiro) ou por semestre (em Fevereiro e Outubro), mediante ordem permanente de transferência bancária, depósito de cheque ou numerário ou ainda por via multibanco. Neste último caso é sempre necessário os respectivos códigos.

A título excepcional, as quotas deste ano podem ser pagas até 30 de Abril. Em caso de dúvida, os camaradas poderão ligar para a Linha Azul 808 201 695.

REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÃO

Preâmbulo

Nos termos da lei 56/98 com a redacção da lei 23/2000 e alterada pela lei - orgânica 1/2001 de 14/08/01, vulgo - lei dos financiamentos dos partidos políticos, os art's 3º *Receitas próprias e financiamento privado*, e 4º *Regime dos donativos admissíveis*, distinguem-se claramente.

Assim, no seguimento do art.º 15 dos Estatutos do PS nas suas alíneas f) ... "Pagar centralmente nos termos definidos pelo Secretariado Nacional, uma quota mensal, a ser transferida para a secção em que estiver inscrito.", conjugado com a alínea h) ... "Assinar o "Acção Socialista", jornal oficial do Partido", é elaborado o presente regulamento de QUOTIZAÇÃO.

Artigo 1º

Do tipo de quotas

A quota mensal a pagar por cada militante pode ser Normal, Suplementar ou Solidariedade.

Artigo 2º

Do montante das quotas

1 - A Quota Normal é de dois Euros (2 -) por mês.

2 - É considerada Quota Suplementar, todo e qualquer montante pago pelo militante a título de quota, que exceda o montante fixado para a Quota Normal.

3 - A Quota de Solidariedade é de um Euro (1 -) por mês.

Artigo 3º

Da distribuição da receita das quotas

1 - Da receita das quotas pagas pelos militantes é entregue à secção respectiva, o valor de 50% da quota normal, ou da quota de solidariedade por cada militante, por cheque periodicamente pela Sede Nacional, acompanhado de extracto bancário comprovativo.

2 - Os restantes 50% das referidas quotas destinam-se a suportar os custos de produção e envio do Acção Socialista.

3 - A quota suplementar reverte para a secção indicada pelo militante, e na

ausência de indicação para a tesouraria central do Partido.

Artigo 4º

Da Quota de Solidariedade

1 - Podem beneficiar do pagamento da Quota Solidariedade os militantes que comprovadamente:

a) Sejam beneficiários de abono complementar a crianças e jovens deficientes;

b) Sejam beneficiários de subsídio mensal vitalício;

c) Sejam pensionistas que recebam pensão não superior ao salário mínimo nacional;

d) Sejam beneficiários de prestação por situação de carencia, paga por serviços oficiais;

e) Sejam pensionistas de doença profissional com grau de incapacidade permanente global não inferior a 50%.

2 - O pagamento da Quota de Solidariedade deve ser requerido, pelos militantes que se encontrem nas condições referidas no número anterior, junto das secções de residência, e de acção sectorial, ou cyber secções e cujo pedido seja enviado à Sede Nacional.

Artigo 5º

Da assinatura do jornal oficial do Partido

1 - O valor da quotização paga pelos militantes inclui a assinatura e envio quinzenal do "Acção Socialista" para a residência indicada pelo militante.

2 - Um mês após a data de pagamento da quota e tendo-se verificado que ela não foi paga, será suspensa a entrega do jornal para a residência, até que a situação seja regularizada.

Artigo 6º

Do pagamento

1 - As quotas podem ser pagas Anualmente, durante o mês de Fevereiro, ou Semestralmente, durante os meses de Fevereiro e Outubro.

2 - Os militantes podem pagar as quotas por Via bancária ou Via multibanco.

3 - O pagamento por Via bancária é efectuado em conta especificamente aberta para o efeito, indicada em anexo a este regulamento, através de:

a) Ordem Permanente de Transferência;

b) Depósito em Cheque;

c) Depósito em Numerário.

4 - Os militantes podem, também, proceder ao pagamento das quotas Via multibanco, cujas instruções estão preenchidas em anexo.

5 - No pagamento por Via bancária e Via multibanco os militantes têm que indicar obrigatoriamente o código da secção a que pertencem (4 dígitos) seguido do número de militante (5 dígitos), o qual será enviado previamente aos militantes.

Artigo 7º

Disposição Transitória

1 - No ano de 2003, o período anual de pagamento bem como o do primeiro semestre prolonga-se, excepcionalmente, até 30 de Abril.

2 - Para efeitos de efectividade de direitos considera-se que, nos actos eleitorais a decorrer até ao fim do 1º semestre de 2003, a quotização será considerada regularizada com a apresentação da quota de Dezembro de 2002.

3 - Sem prejuízo do art.º 27 (dos Estatutos do Partido Socialista nas Regiões Autónomas) aplica-se este Regulamento a todo o Universo do Partido Socialista.

ANEXO I

Ao Art.º 6º - n.º 3

Conta - BCP - Nova Rede -PS QUOTIZAÇÕES"

Número - 452 341 62873

NIB - 0033 0000 45234162873 05

Ao Art.º 6º - n.º 4

Entidade

Referência

N.º Militante

Valor

O "ACÇÃO SOCIALISTA"
AGORA É GRÁTIS
Basta ter as quotas em dia.



Acção
Socialista

VEIRA DA SILVA

CONSTITUIÇÃO DESRESPEITADA NO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Partido Socialista vai fazer tudo o que puder para corrigir a lei que instituiu o Rendimento Social de Inserção (RSI) caso a maioria não altere o diploma no sentido apontado pelo Presidente da República. Numa intervenção na Assembleia da República, o deputado socialista Vieira da Silva afirmou que o "PS não deixará de usar todos os meios ao seu alcance para que a Constituição seja respeitada e a solidariedade social defendida", exortando ainda a coligação de direita a "responder positivamente ao apelo" de Jorge Sampaio.

O deputado socialista acusou a maioria de reagir "com reserva mental" às razões invocadas pelo Presidente da República para vetar o diploma governamental.



Na opinião de Vieira da Silva, as alterações ao documento introduzidas pelo Governo "não resolveram o problema da inconstitucionalidade e mantiveram uma atitude

discriminatória".

Vieira da Silva criticou a posição do Governo sobre a discriminação na atribuição do RSI aos jovens que têm entre 18 e 30 anos, uma vez que "não lhes basta provar que vivem em extrema pobreza, exige-se-lhes que só após de, pelo menos, meio ano de carência extrema possam aceder ao rendimento de inserção".

O dirigente socialista apelou à coligação de direita para que "não persista no erro e numa obstinação incompreensível" e retire do diploma as "condições restritivas de acesso dirigidas aos jovens", acrescentando ainda que se o Governo "insistir neste caminho poderá ser uma prova de força mas não será uma prova de razão".

FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS

GOVERNO DEVE TOMAR A INICIATIVA NA PROPOSTA DOS VALORES

O Governo deve ser o primeiro a apresentar uma proposta sobre os novos valores dos financiamentos públicos a atribuir aos partidos, no âmbito da reforma do sistema político. Esta a posição oficial do Partido Socialista expressa por Alberto Martins. O deputado lembrou que "o poder de apresentar proposta pertence a cada grupo parlamentar", mas, ressaltou, "quem gere os fundos públicos é o Governo".

O dirigente do PS explicou aos jornalistas que o grupo de trabalho para a revisão da lei de financiamento não está, actualmente, a discutir a "natureza,

controlo e regime sancionatório" das subvenções estatais aos partidos", adiantando porém que, face às novas limitações projectadas para os apoios financeiros de particulares, os socialistas entendem que deverá haver um reforço compensatório da componente estatal ao nível das subvenções.

Quanto à revisão da lei eleitoral para as autarquias, o dirigente socialista salientou que o PS não fechou as portas a "uma solução de compromisso" com a proposta do PSD, embora tenha frisado que na anterior legislatura, os socialistas apontaram para a sua inconstitucionalidade

por desrespeitar o princípio da proporcionalidade.

Recorde-se que o projecto laranja visa atribuir executivos maioritários, automaticamente, à força política que vence as eleições, sendo os restantes lugares na vereação distribuídos por método de "hondt".

Assim, os socialistas esperam uma aproximação do PSD à sua proposta, prevendo que o primeiro membro da lista vencedora para a Câmara Municipal possa formar um executivo homogéneo entre os membros eleitos para a respectiva Assembleia Municipal.

JUSTIÇA

EXTINGUIR OS TRIBUNAIS MILITARES É MODERNIZAR AS FORÇAS ARMADAS

O projecto de lei socialista sobre o fim dos tribunais militares em tempo de paz foi aprovado por unanimidade, na generalidade, na Assembleia da República, juntamente com as propostas comunista e da maioria de direita. Os sete diplomatas (três do PS) desceram agora a sede de Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, sendo previsto a extinção dos tribunais militares no início de 2004.

Em defesa do projecto socialista, Vitalino Canas subiu à tribuna para afirmar que "a extinção de tribunais militares em tempo de paz não deve ser identificada com qualquer preconceito anti-militar", pois, se assim fosse o Grupo Parlamentar do Partido Socialista "recusaria rotineiramente" associar-se a tal medida. O deputado socialista explicou que uma nova justiça militar viria reforçar direitos, aperfeiçoar o Estado de Direito e contribuir para a modernização das Forças Armadas e da GNR.

Esta a razão pela qual a bancada do PS apresentou, no passado dia 2, na Assembleia da República, um projecto de lei prevendo a extinção dos tribunais militares em tempo de paz e a criação de uma reforma do sistema baseada "nas necessárias garantias de independência, nomeadamente no que toca ao estatuto externo e interno dos respectivos membros que não sejam juizes de carreira." Assim, os juizes militares passarão a integrar, em minoria, os tribunais comuns para efeitos de julgamento de "crimes estritamente militares" e eles serão escolhidos entre oficiais do activo, sendo nomeados para comissões de serviço de três anos, renováveis até o fim do Conselho Superior de Magistratura, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior ou o Conselho Superior da GNR. O parlamentar socialista salientou assim a substituição da expressão "crimes essencialmente militares", adoptada pela Constituição até 1997, pela denomi-

nação "crimes estritamente militares", destacando o comando de maior restrição subjacente ao conceito ao novo conceito e frisando que o projecto de Código de Justiça Militar do PS procurou interpretar adequadamente a vontade constitucional, diminuindo correspondentemente o número de transgressões qualificadas dessa forma. Para o deputado, será preciso "decidir se a tipificação de certas condutas previstas no Estatuto do Tribunal Penal Internacional cabe no Código de Justiça Militar" e avaliar "a conveniência de promover uma alteração avulsiva ao Código Penal no sentido de transferir para o Código de Justiça Militar alguns crimes ali tipificados que podem ser qualificados de estritamente militares". Um outro aspecto destacado por Canas prendeu-se com a eliminação, dos vestígios do foro pessoal que persistem na justiça militar.

MARY RODRIGUES

Opinião

GOVERNO À DERIVA

Assim, é evidente que a senhora ministra está totalmente enganada. O País, as empresas, as pessoas precisam de mais e melhor investimento. Reclamar o aumento de produtividade e de competitividade e desprezar o investimento necessário para atingir esses objectivos só prova o irrealismo da actual política.



JOÃO CRAVINHO

Neste momento o Governo encontra-se completamente perdido, sem estratégia, e meio de uma grave crise económica e social que ele próprio ajudou a criar. Confundindo determinação com lemosia, lançou-se numa acintosa gestão de expectativas, por razões puramente partidárias, e subordinou toda a política económica a uma visão puramente contabilística do défice.

É mais que tempo de travar essa corrida para o abismo, usando a margem de manobra ainda existente na aplicação inteligente e benéfica do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Em grande parte por responsabilidade deste Governo, perspectiva-se uma

recessão prolongada, bem como o aumento brutal do desemprego e a diminuição da capacidade competitiva da nossa economia. Com este Governo, em menos de um ano, há mais 100.000 desempregados e haverá possivelmente mais outros 100.000 no fim deste ano. O investimento caiu quatro pontos percentuais em 2002 e em 2003 cairá outro tanto, pelo menos. E sem investimento de qualidade em maior quantidade não se criam postos de trabalho, não aumentará suficientemente a produtividade, não se ganhará competitividade e aumentará a divergência em relação aos níveis europeus. Por detrás de uma fachada contabilística construída à base de golpes de receltes extraordinárias, a actual política orçamental perde credibilidade de dia para dia. O Governo não pode continuar agarrado a uma visão contabilística do défice.

Não tem sentido continuar a trabalhar no mesmo saco despesa corrente e despesa de investimento. Concordamos integralmente com a supressão do mau investimento. Mas discordamos com igual força da repressão do bom investimento que a senhora ministra das Finanças tão elegantemente nos promete. O crescimento futuro terá de ser comandado pela produtividade. E o factor instrumental decisivo será o bom investimento nas pessoas, nos equipamentos e nas infra-estruturas. No seu último relatório sobre Portugal a OCDE demonstrou que o investimento na educação e na formação é responsável por cerca de metade do crescimento da produtividade nas últimas décadas. Demonstrou igualmente que, apesar de inegáveis problemas de qualidade, a superioridade da nossa taxa de investimento em relação à média da OCDE é responsável por um extra de crescimento anual de ½ ponto percentual do PIB.

Assim, é evidente que a senhora ministra está totalmente enganada. O País, as empresas, as pessoas precisam de mais e melhor investimento. Reclamar o aumento de produtividade e de competitividade e desprezar o investimento necessário para atingir esses objectivos só prova o irrealismo da actual política. O Governo está a afastar-se radicalmente da resolução da AR votada em 9 de Janeiro deste ano sobre a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento. Não só o Governo continua a não entender que "o equilíbrio nas finanças públicas deve ser articulado com uma política económica e social que aumente a confiança, diminua a incerteza, garanta a estabilidade social e promova a actividade económica".

Como também se coloca contra a posição unânime da Assembleia da República que há três meses reafirmou "a necessidade de assegurar níveis estáveis e significativos de investimento público, instrumento fundamental para, no horizonte do PEC, garantir a absorção dos fundos estruturais comunitários, acelerar a modernização infra-estrutural e promover a convergência real com a União Europeia".

Não é o Pacto de Estabilidade e Crescimento que impede o Governo de ajustar anticamente a sua política à recessão e à severidade da situação internacional. Como disse a senhora ministra em declarações recentes, 28 de Março, "o Orçamento de Estado para 2003 pressupõe uma redução do défice estrutural maior que a recomendação da Comissão Europeia no contexto da actual interpretação do Pacto". Que a senhora ministra queira submeter o País a um tratamento tão masoquista, sai fora de qualquer entendimento. Razão tinha Miguel Cadilhe quando pede mais e melhor investimento público. Porque há margem de manobra para isso.

A ministra quer ser mais paipista que o Papa à custa dos portugueses. Se Durão Barroso não mudar de orientação terá de ser responsabilizado por mais 100.000 desempregados este ano, por acrescidas dificuldades de competitividade e de produtividade das nossas empresas, por quebra de investimentos infra-estruturais necessários à atracção de novas iniciativas.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

GP/PS PREOCUPADO COM DESCONTENTAMENTO NOS BOMBEIROS



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer que o ministro da Administração Interna de explicações sobre o actual descontentamento entre os bombeiros e o Serviço Nacional de Bombeiros/Protecção Civil (SNBPC), estrutura que os vai tutelar.

Num requerimento enviado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, os deputados socialistas solicitam a presença de Figueiredo Lopes e do presidente do SNBPC, Leal Martins, da Liga dos Bombeiros Portugueses e de outros representantes daqueles profissionais.

Na base deste pedido do GP/PS estão as "notícias que dão conta de alguma instabilidade no âmbito dos corpos dos bombeiros portugueses", atrasos nos pagamentos aos mesmos e "eventuais deficiências na constituição" das suas estruturas dirigentes.

Segundo Vitalino Canas, subscritor do requerimento, vive-se no sector "um verdadeiro ambiente de pré-guerra", com os bombeiros "de costas voltadas para o ministro", numa altura em que a estratégia de combate aos incêndios "não está preparada sequer".

Há também informações, alertou, de uma tentativa de "partidarizar as estruturas distritais de bombeiros".

Vitalino Canas chamou também a atenção para o facto de este não ser o único problema que se vive no Ministério da Administração Interna, apontando questões por resolver na área da imigração e nas polícias. "Não é possível fazer-se uma reforma sem contar com os bombeiros", disse, referindo-se aos protestos destes profissionais no que se refere ao processo de criação do SNBPC.

JAMILA QUESTIONA GOVERNO SOBRE INCENTIVOS A JOVENS EMPRESÁRIOS

Jamila Madeira, num requerimento enviado ao Governo, quer saber se na reformulação do Programa Operacional de Economia (POE) está prevista alguma medida de apoio exclusivo à capacidade empreendedora dos jovens empresários.

O requerimento da deputada socialista surge na sequência de notícias vindas a lume na imprensa, segundo as quais o POC vai dar lugar ao PRIME e consequentemente as medidas de auxílios e de incentivos passarão a ter novas regras.

No documento enviado ao ministro da Economia, Jamila Madeira pergunta também se não deveria ser dada uma maior visibilidade ao actual SAJE 2000 que até agora tem efectuado um trabalho de parceria com as entidades coordenadoras do POE, designadamente "na avaliação dos projectos promovidos por jovens e na respectiva atribuição de majorações e que tem sido reconhecido como a entidade melhor posicionada para fazer a ponte com os jovens empresários".



TRIBUNAIS

GOVERNO DEVE TOMAR MEDIDAS IMEDIATAS PARA EVITAR PARALISIA NA JUSTIÇA

A Justiça portuguesa está a chegar a um ponto sem retorno. "Ou o Governo toma medidas imediatas ou os tribunais podem, a breve trecho, passar por uma fase de aguda paralisação, agravando-se a morosidade processual e as pendências". Este o alerta lançado pelo deputado Osvaldo Castro, no passado dia 2.

O parlamentar socialista falava na Assembleia da República, por ocasião da discussão do diploma apresentado pela maioria de direita sobre recrutamento de magistrados e que, segundo disse, "nada resolve nesta matéria", limitando-se a "regularizar, aliás, mal", as situações de 27 juizes temporários, 55 substitutos de procuradores adjuntos e 15 assessores.

Depois de denunciar "a paralisia que grassa no Ministério da Justiça" em matéria tão candente, o parlamentar do PS advertiu que "se não forem tomadas adequadas e urgentes medidas quanto à entrada em vigor da Acção Executiva, os juizes correm o risco de se ver afogados com os processos que correrão pela lei antiga".

Num *dossier* em que "não se vai lá por



pequenos passos", disse, torna-se necessária "uma reflexão de fundo, mas urgente, de todo o sistema de formação de magistrados e da orgânica judiciária". "É mesmo preciso adequar a justiça e o seu funcionamento às novas necessidades sociais e económicas", frisou Osvaldo Castro, lembrando que esta é uma exigência dos juizes, dos advogados e de todos os operadores judiciais e

cidadãos, "a quem a justiça deve servir". Voltando à proposta do Executivo, o deputado afirmou que o PS votaria favoravelmente na generalidade do documento, anunciando, porém, que "em sede de especialidade há correcções inadmissíveis a fazer sob pena de a presente lei fingir que ignora a lei 3/2000 que introduziu, essa sim, um regime excepcional de recrutamento de magistrados". MR.

APOLINÁRIO CONTRA CORTES NAS EMISSÕES REGIONAIS DA RDP

O deputado socialista José Apolinário pediu explicações ao Governo sobre a redução de emissão própria por parte dos centros regionais da RDP, que passaram a ter apenas uma hora, considerando esta medida "centralista e arrogante".

No requerimento dirigido ao ministro da Presidência, Morais Sarmento, o parlamentar socialista eleito pelo círculo eleitoral de Faro sublinha que "aquela que foi ao longo de décadas a voz do Algarve fica doravante reduzida à emissão de 60 minutos".

Alé aqui, lembra, as emissões regionais

da RDP/Sul, inauguradas em 1959, tinham quatro horas diárias, divididas em dois períodos, e dois blocos noticiosos, as 11h30 e 18h30.

Doravante, "as emissões terão 60 minutos nesse verdadeiro 'pico de audiência' radiofónica que é o período 14h/15h", refere num tom irónico.

Apolinário acusa ainda o Governo de estar a tomar uma "opção centralista e arrogante, de menosprezo para com as populações fora dos grandes centros", à semelhança do que já fizera com a RTP, "ao eliminar a RTP/Regiões".

"O Algarve e outras regiões pagam assim

mais uma factura pelo Não à Regionalização, numa opção anti-região, do deputado afirmou que o PS votaria favoravelmente na generalidade do documento, anunciando, porém, que "em sede de especialidade há correcções inadmissíveis a fazer sob pena de a presente lei fingir que ignora a lei 3/2000 que introduziu, essa sim, um regime excepcional de recrutamento de magistrados". MR.

"Prende-se com esta iniciativa reduzir custos? Se sim, quais? Em pessoal? Em meios operacionais? E não considera o Governo que o serviço público de radiodifusão nas regiões também integra o núcleo essencial do serviço público a prestar pela RDP?", pergunta Apolinário

no requerimento a Morais Sarmento.

JOSÉ MAGALHÃES QUER EXPLICAÇÕES SOBRE COMPRAS DE MATERIAL INFORMÁTICO

O deputado José Magalhães quer saber se a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, pretende comunicar ao Ministério Público casos em que serviços da Administração Pública compram material informático a fornecedores fora da lista do Estado, o que configura uma violação do quadro legal que regula esta matéria.

Em requerimento apresentado na Mesa da Assembleia da República, o vice-presidente da bancada socialista questiona também a ministra sobre as razões que a levaram a não homologar os resultados do concurso que visava actualizar os fornecedores em matéria de equipamento informático.

"Depois de um bizarro silêncio - que deixou boquiabertos os que tinham confiado no interlocutor Estado - veio a explicação seca e dogmática da ministra das Finanças: o congelamento seria a forma inovadora de combater a inércia em matéria de política de aquisições", salientou José Magalhães. O deputado socialista considera "gravíssimas as consequências práticas" resultantes desta medida do Governo e diz não perceber qual a estratégia do Executivo em matéria de aquisição de bens e serviços informáticos.

No documento, José Magalhães quer ainda informação "urgente" sobre a possibilidade de existirem práticas de

contratação por ajuste directo, mas "fora das condições que a lei admite", para "os chamados grandes projectos da Administração Pública".

A confirmarem essas práticas, segundo o deputado socialista, estar-se-ão a "contornar as regras comunitárias e nacionais sobre livre concorrência em matéria de contratos de fornecimento".

O deputado do PS quer ainda explicações sobre "as más práticas de serviços que começam a usar o leilão electrónico para lesão da concorrência e celebração de seus contratos de aprovisionamento, contornando as limitações legais fixadas em 1999".

OVIBEJA

FERRO DENUNCIA INCAPACIDADE GOVERNATIVA NA AGRICULTURA

Ferro Rodrigues fez um diagnóstico muito pessimista do actual estado da agricultura portuguesa, onde se regista uma "paralisia absoluta", fruto da "incapacidade governativa para superar as dificuldades e os problemas" que afectam este sector. Na Ovibeja, onde se deslocou em visita acompanhada pelo antigo ministro da Agricultura Capoulas Santos, o líder do PS mostrou-se particularmente preocupado com o caso dos nitrógenos detectados em explorações de aves, que pode pôr em causa 50 mil postos de trabalho, sem que o Governo tome medidas "que permitam que se volte a ganhar confiança nessa área".

Ferro Rodrigues mostrou-se também preocupado com as confusões sobre o destino a dar ao Alqueva, uma das obras emblemáticas dos governos socialistas, já que o designio agrícola foi protelado para priorizar o turismo e a energia, uma situação que ainda não mereceu "qualquer reacção" do ministro da Agricultura.

Questionado pelos jornalistas sobre a guerra no Iraque, o líder do PS voltou a criticar o "seguidismo do Governo português em relação à Administração Bush, e considerou "profundamente imoral" a corrida aos contratos para a recuperação daquele país, quando se sabe que há "interesses ligados à Administração americana".

Diferenciação positiva para o turismo

Ferro Rodrigues manifestou-se favorável a "uma diferenciação positiva em relação a algumas actividades, nomeadamente a turística". A este propósito, lamentou o aumento do IVA, que considerou "um erro não apenas económico, mas também em termos de finanças públicas".

Falando no Largo do Rato, após uma reunião com a direcção da Confederação do Turismo Português (CTP), em que participaram também Luis Nazaré e José Apolinário, o secretário-geral do PS sustentou que numa altura em que o País "entrou numa espiral depressiva" o sector do turismo "é fundamental para restaurar a confiança", lamentando que o Euro-2004 não esteja a ser devidamente aproveitado para a "promoção de Portugal como um país de paz e desenvolvimento".

Para Ferro Rodrigues, o "Governo devia



ter estruturas preparadas para responder já com o incentivo de actividade turística em Portugal", mas, adiantou, "há uma grande paralisia não apenas no investimento privado, mas também na Administração Pública". Sobre a recente admissão da CTP no Conselho Permanente de Concertação Social, o líder do PS disse que é "um passo positivo", uma vez que "é importante que esta confederação, de tão grande importância, esteja representada numa estrutura em que está o Governo, os sindicatos e outros parceiros sociais".

Militares no activo na RTP

Ferro Rodrigues apóia a iniciativa do deputado socialista Manuel Alegre, que questionou o ministro Paulo Portas sobre o facto de militares, no activo, fardados, aparecerem nas televisões a comentar a guerra no Iraque.

Sublinhando que, em guerras passadas, os comentários foram normalmente feitos por militares que não estão no activo, o líder do PS referiu ser preciso esclarecer as razões desta "inovação", que "não é positiva".

"O que aconteceria se um daqueles militares no activo assumisse uma posição contra a guerra? Certamente que haverá milhares no activo com diferentes pensamentos sobre a matéria, certamente que há uma escolha, quem faz essa escolha, com que critérios? E algo que é importante que o senhor ministro da Defesa esclareça", disse.

Para Ferro Rodrigues, quando os comentários são militares na reserva isso deve também ser claro, para que os seus comentários não impliquem a posição do Estado "perante esta ou aquela situação".

O secretário-geral manifestou também a sua solidariedade "pessoal, política e institucional" com Ana Gomes, negando a existência de divergências quanto ao papel que a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais tem vindo a desempenhar.

Ferro Rodrigues falava em Rio Maior durante uma visita à Feira das Tasquinhas, onde se deslocou acompanhado por Capoulas Santos, a convite do presidente da câmara local, o socialista Silvino Sequeira.

J. C. C. B.

SESSÃO PÚBLICA EM FAFE

PELO EMPREGO E PELA PAZ

O Partido Socialista promove, no próxima sexta-feira, dia 11, em Fafe, uma sessão pública "Pelo Emprego e Pela Paz".

Com a presença do secretário-geral, Eduardo Ferro Rodrigues, o evento terá lugar no Pavilhão do Grupo Cultural e Recreativo Nun'Alvares, a partir das 21.30h, com o objectivo de "mobilizar a sociedade para a retoma da confiança".

Assim, o PS prossegue na sua determinação de fazer "oposição firme e consistente" a um Governo "que não olha o dia a dia dos portugueses, das suas famílias, que aos milhares sentem a redução do poder de compra e confrontam-se com a situação do desemprego", conforme explica, em carta aos militantes socialistas, o secretário nacional para a organização.

Paulo Pedrosa, na missiva, acusa o Executivo de Durão Barroso de "aplicar rudes golpes nos mais desfavorecidos" com as suas políticas, das quais destaca o Código de Trabalho, "precarizar" e "cheio de inconstitucionalidades".

Pedrosa censura igualmente a "política irresponsável" de Barroso pelo seu alinhamento cego e acrítico "com aqueles que face à grave situação [no Iraque] seguiram apenas a lei do mais forte e promoveram a guerra".

PS COMEMORA 30 ANOS



O PS vai assinalar os 30 anos da sua fundação e de democracia em Portugal, com um vasto programa de comemorações, assente nas componentes memória, conhecimento, debate e futuro, no quadro da abertura do partido ao exterior. Trata-se de um programa que irá decorrer durante um ano, desde o próximo dia 19 de Abril, data do aniversário do partido, até ao dia 25 de Abril do próximo ano, tendo sido constituída para o efeito uma Comissão Organizadora presidida por António Reis, um dos fundadores do partido, e que integra ainda os camaradas Pedro Adão e Silva, Augusto Santos Silva, Vieira da Silva, Vitalino Canas e Jâmlia Madeira.

O habitual almoço dos fundadores do PS, no dia 19 de Abril, data do aniversário do partido, que este ano contará com a presença de Ferro Rodrigues e Almeida Santos, respectivamente, secretário-geral e presidente do PS, é a primeira iniciativa destas comemorações, cujo programa detalhado será apresentado nesse mesmo dia.

PS/SINTRA

NOVA SECÇÃO EM CASAL DE CAMBRA

O PS continua a crescer em Sintra. Edite Estrela anunciou, em Belas, a criação de uma nova secção em Casal de Cambra. No âmbito da ronda que está a efectuar pelas secções sintenses, a presidente do PS/Sintra deslocou-se a Belas para contactos com militantes e análise da situação política concelhia, tendo também exortado o secretariado a trabalhar na

captação de novos militantes.

No balanço de um ano de administração laranja da Câmara de Sintra, Edite Estrela criticou fortemente a paralisia em que caiu o executivo local e sublinhou que "o que está a ser feito não é mais do que a continuidade do que foi deixado pelo PS".

A dirigente do PS acusou ainda o

Governo de direita de "continuar a desprezar os interesses e as necessidades dos cidadãos que residem e trabalham neste concelho", já que "não só introduziu as portagens na CREL, mas também não faz concursos públicos para a construção do IC30 e do IC16", adiantando desta forma a resolução do recorrente problema das acessibilidades.

PS/AÇORES ADIA CONGRESSO REGIONAL

O PS/Açores decidiu adiar para Setembro o Congresso Regional convocado para Maio na ilha Terceira.

A decisão deve-se à opção da direcção do partido de submeter ao Congresso as linhas gerais do programa de Governo com que os socialistas açorianos vão disputar as eleições de 2004 para a Assembleia Legislativa Regional.

Na sua reunião magna o PS/Açores deverá ratificar a liderança de Carlos César que anunciou, recentemente, disponibilidade para voltar a candidatar-se à chefia do Governo Regional nas regionais do próximo ano, para continuar a mudança.

AS REFORMAS ESTRUTURAIS SÃO PROPAGANDA DA DIREITA

É com determinação e vontade política que desempenha as funções de secretário-geral do PS, talvez por entender esta situação como um serviço do que como uma ambição pessoal, apesar de nunca ter tido o desejo de se catapultar para este cargo. Em entrevista ao "Acção Socialista", que pela primeira vez chega a todos e a cada um dos militantes do PS, Ferro Rodrigues pede participação activa no partido e, internamente, avisa para os perigos do fogo amigo que "pode matar".

"Se o País estava de tanga, agora está de fio dental", afirma Ferro Rodrigues em relação à situação económico-financeira a que Portugal foi conduzido pelo Governo de direita que mais parece estar em fim de mandato e não a comemorar um ano de existência.

Fundamental, para o líder o socialista, é que se comece bem o próximo ciclo eleitoral com "uma grande vitória nas autárquicas". No que respeita às europeias, se houver coligação de direita só interesses eleitoralistas justificam esse "escândalo nacional", afirmou.



Que comentário faz às reformas da tributação do património anunciadas no domingo, em Fronteira, após o Conselho de Ministros? Não lhe parece verdadeiramente extraordinário que o início do prometido choque fiscal incidia sobretudo na mudança do nome dos impostos?

Sem dúvida nenhuma que as mudanças de nomes são coisas que têm uma grande tradição na política portuguesa, sobretudo uma má tradição, que não resolve o essencial dos problemas. Agora, é preciso dizer que os governos do PS, nomeadamente o último, prepararam toda a reforma na área do património, que eu espero possa vir a desenvolver-se de uma forma que seja correcta e que permita mais justiça fiscal. No entanto, a grande mudança, designadamente no imposto sucessório, não me parece que seja especialmente relevante, até pelas receitas que este imposto tinha, que já eram bastante baixas e o facto de, em boa parte, isto corresponder a uma mudança que vai sobretudo favorecer as heranças mais vultuosas e portanto as famílias mais ricas na sociedade portuguesa.

A propósito das comemorações em Fronteira do primeiro ano de actividade do Governo, as demissões de Isaltino Moraes e Valente de Oliveira estragaram, de certo modo, a pompa e a circunstância previstas para a festa e deram nota de um Governo precocemente envelhecido. Concorda com a ideia de que a remodelação a contragosto a que o primeiro-ministro se viu obrigado dois dias antes constitui um evidente erro de "casting"?
O que me parece é que normalmente as remodelações têm dois cenários possíveis. Ou resultam de uma vontade política expressa e de uma grande determinação por parte do primeiro-ministro ou da necessidade por imperativo das circunstâncias que não

são controláveis de fazer alterações no Governo. Foi claramente a segunda situação que se verificou. O primeiro-ministro foi obrigado a remodelar num momento em que não queria e que não esperava. Antes foi empurrado pelas circunstâncias, pelo "independente", pelas contas na Suíça, pelos sobornos, por um conjunto de fenómenos paranormais e, portanto, aquilo que dá a sensação é que os dois nomes a substituir Isaltino Moraes e Valente de Oliveira são nomes com muito menor relevância política e com muito menor currículo técnico. Portanto, fica a ideia que este tipo de remodelação é mais típica de um governo em final de mandato do que de um governo que ainda não tinha sido completado um ano de acção.

Admitindo a existência de dificuldades orçamentais no último Governo socialista, justificam-se os discursos da tanga e do passa-culpas que o Executivo de direita fez ao longo deste ano de governação?

O discurso da tanga foi um instrumento tático para levar o País a aceitar o não cumprimento das promessas que o PSD tinha feito nas eleições legislativas, o que se revelou como algo extremamente pernicioso. Eu diria mesmo que se na altura o País estava de tanga, agora está de fio dental, visto que a circunstância do discurso da tanga ter sido feito em conjugação com uma série de políticas erradas que levaram a contração do investimento público e à quebra das expectativas dos consumidores e das empresas, o que conduziu o País de uma situação orçamental difícil para uma crise económica e social extremamente grave, nomeadamente em matéria de desemprego.

A opção doentia pelo controlo do défice conduziu o País a um quadro de recessão económica que, por sua vez, abriu as portas às falências e ao desemprego. O programa que Durão Barroso se

"A direita menospreza a questão do desemprego"

"O discurso da tanga foi um instrumento tático para levar o País a aceitar o não cumprimento das promessas do PSD"

apresentou ao eleitorado é precisamente o contrário daquilo que tem feito. Havia de facto, como tem repetidamente afirmado, um programa escondido? Todos os portugueses se recordam que o PSD ganhou as eleições, aliás com uma vantagem pequena em relação ao PS, na base de um programa que prometia mundos e fundos, que prometia um crescimento económico maior do que os governos socialistas tinham conseguido, tudo isto baseado num choque fiscal que permitiria que as empresas e os cidadãos pagando menos impostos tivessem muito maior aptidão pela actividade económica, estimulando o investimento e o crescimento. Ora, foi precisamente o contrário aquilo que se passou. Durante a campanha eleitoral tive por diversas ocasiões a oportunidade de dizer que havia um programa escondido e que a prática política do PSD caso ganhasse seria bastante diferente daquilo que tinha prometido e não há dúvida nenhuma que

infinizmente se concretizaram todas as piores previsões. O País hoje já reconhece que foi enganado.

Tendo sido ministro do Trabalho e da Solidariedade, quais as razões técnicas e políticas que o levam a considerar que o verdadeiro défice do País é o desemprego?

Penso que um país como Portugal, apesar das melhorias que conseguiu desde a entrada para a União Europeia e depois do 25 de Abril, continua a ter imensas fragilidades e um tecido económico e social débil. Por isso, não se pode brincar com a situação das pessoas e não se pode ver o desemprego como uma variável macroeconómica, mas como um objectivo social fundamental. A direita menospreza a questão do desemprego por natureza, porque para a direita a existência de mais desemprego é um factor que permite que haja menor pressão sobre os salários e uma menor reivindicação em termos sociais. A direita tem uma maneira de ver as questões de produtividade que leva a que, em última análise, se o desemprego crescer mais do que a recessão económica ali podemos ter um quadro absurdo que é o de recessão económica, aumento do desemprego e aumentos de produtividade, como se os aumentos de produtividade fossem o aspecto essencial para a vida de um país.

O Parlamento prepara-se para votar esta semana o novo Código do Trabalho que para além das inúmeras inconstitucionalidades, revela também um enorme desprezo pelos direitos dos trabalhadores. Das propostas socialistas apresentadas na Comissão apenas passaram uma ou duas. Será esta a prova acabada da arrogância da direita que actua como se de um rolo compressor se tratasse, chumbando tudo o que seja proveniente da oposição? Normalmente a direita temido essa atitude,

com raríssimas excepções, ao longo desta sessão legislativa. Portanto, no Código do Trabalho os partidos da direita funcionaram como frente de alguns parceiros sociais que terão assinado um acordo com o Governo sobre esta matéria, e não como partidos políticos disponíveis para debater profundamente as propostas da oposição e tentarem nalguns casos chegar a consenso e noutros casos justificar porque é que votavam contra. Esta atitude só se compreende pela pressa de tentarem apresentar trabalho. Só que a pressa é má conselheira, e o que se vai verificar é que para além de ser um mau código laboral, tem ainda varadíssimas inconstitucionalidades.

O Governo neste ano aprovou algumas das ditas reformas estruturais. Há alguma que fique para a história?

Eu julgo que a questão das reformas estruturais é uma mera conversa tática e de propaganda da direita, dado que se nós formos ver no concreto o que é que mudou no funcionamento da economia, o que é que mudou no funcionamento da sociedade portuguesa, o que é que mudou no funcionamento das regras do jogo para os agentes económicos e sociais, verificamos que nada de substancial se alterou e as consequências práticas daquilo que foi ameaçado e nalguns casos levado à prática foram negativas, ou seja, foi a recessão, o desemprego, a baixa do poder de compra das famílias e, por consequência, a conversa das reformas estruturais que tanto serviu para atacar o PS, hoje serve para tentar justificar o injustificável, que é a existência de um Governo que não cumpre com a sua palavra.

O PS manifestou-se desde a primeira hora contra a guerra no Iraque e criticou duramente a proposta alinhada e seguidista do Governo português face aos Estados Unidos e muito em particular pronunciou-se contra o

último saído da cimeira dos Lajes. Em seu entender, agora que a guerra está prestes a chegar ao fim, o que deve ser feito para que o mundo regresses ao respeito pelo direito internacional e quais as medidas que devem ser tomadas para preservar as Nações Unidas, a NATO e a União Europeia?

A questão é muito complexa para se poder responder em poucas palavras. Mas, sem dúvida nenhuma, que o que se passou depois desta ofensiva militar no Iraque será muito importante, porque eu se encontrarem armas químicas ou biológicas ou não se encontram, ou há efectivamente condições para rapidamente o Iraque avançar para um processo democrático para o que o comando político no Iraque seja determinado pelo seu povo ou não, ou as Nações Unidas tem um papel central na reconstrução e mesmo na determinação dos investimentos que se terão de fazer em várias infra-estruturas e em várias áreas do Iraque ou não. Ou seja, tudo isto vai depender sem dúvida nenhuma da comunidade internacional, mas também da Administração Bush e da pressão que outros grupos possam fazer no sentido de evitar a tentação de uma hegemonia total e da continuação do desrespeito pelo direito internacional. Neste quadro, os aliados dos Estados Unidos terão uma palavra a dizer, porque ser aliado não significa ser cego e acrítico, mas, pelo contrário, significa ter uma posição forte no sentido de reconduzir a actual Administração americana ao respeito pelas regras do jogo à escala internacional. Portanto, o futuro da ONU, a possibilidade de desta crise surgir uma União Europeia capaz de perceber que tem que ter maior autonomia nas áreas da defesa e da política externa, a possibilidade da NATO se clarificar nos seus objectivos estratégicos e militares, são tudo questões que vão depender da maneira como a comunidade internacional interagir com os Estados Unidos e de se saber se se ajoelham ou não.

A pesar de toda uma vida dedicada à política, há mais de três décadas, alguma vez imaginou que viria a suceder a Mário Soares, Viriato Constâncio, Jorge Sampaio e António Guterres na liderança dos socialistas, ou foram as circunstâncias históricas que o impeliram para lá?

Toda a gente se recorda que não era propriamente algo que estivesse inscrito nas minhas ambições há um ano e meio atrás quando estava a desempenhar funções governamentais no Governo de António Guterres com todo o empenhamento e capacidade de que era capaz. Nunca tive a ambição pessoal de me catapultar para lugares ou para funções importantes no PS como aspecto central da minha vida, mas neste momento e depois de uma eleição directa e de umas eleições legislativas em que o PS em circunstâncias difíceis teve, apesar de tudo, uma marca eleitoral importante, 38 por cento, e depois de um congresso em que voltei a ter a confiança dos militantes, hoje é com toda a determinação e com toda a vontade política que estou nestas funções para continuar esta luta pelas causas e princípios do nosso partido.

Foi o primeiro a importar para a política a expressão "fogo amigo". Sendo o PS por natureza um partido plural, há no entanto tiros que são evitáveis?

Sim, sem dúvida. Aliás, a expressão fogo amigo é em si própria contraditória, como se tem visto, infelizmente, por várias vezes nesta ofensiva no Iraque. Portanto, foi uma forma, com alguma ironia, de procurar não dar demasiada importância a alguns episódios que são menores e secundários na vida democrática do Partido Socialista, mas ao mesmo tempo chamar a atenção para o facto de que às vezes o fogo amigo pode maler, e por isso é preciso que nos tenhamos sempre em consideração os valores e os princípios e os aspectos essenciais da estratégia do

PS e não esta ou aquela valdeadezinha individual, esta ou aquela afirmação pessoal junto deste ou daquele jornalista. Não podem ser esses os aspectos mais valorizados em qual acção partidária.

Que leitura faz dos resultados verificados nos congressos federativos do passado fim-de-semana?

Como sabe, a direcção do PS e eu próprio tivemos o cuidado de não ter qualquer interferência nas decisões que democraticamente os militantes tomaram nas eleições para os presidentes das federações e depois também nos congressos e na forma como estes se desenvolveram. Penso que o que está à vista é que o PS continua a ser um partido muito forte, com uma grande expressão popular, com muita vontade de participação activa dos seus militantes, com alguma capacidade de renovação, mas é preciso ter em conta que tudo o que tem a ver com pessoas e com funções políticas, evidentemente que muitas vezes é traumático e não se faz por decreto, nem com grande facilidade. Assim, a renovação em um processo que vai durar anos, mas que já está a ter boas consequências, com novas equipas e com novas pessoas a protagonizarem nas

“O Código do Trabalho é mau e tem várias inconstitucionalidades”

“Se a direita se unir nas europeias será um escândalo nacional”

comissões políticas e nas diversas federações estes novos desafios que o PS tem pela frente.

No actual quadro interno, Porto e Setúbal afirmaram-se, porventura, como as distritais onde se espera maior turbulência política. Como sublinhou no seu discurso de abertura no Congresso do Porto e reafirmo depois do encerramento do Congresso de Lisboa, é lá fora que estão os adversários do PS. Vê-se também no papel de “fazedor de pontes”?

Eu penso que o secretário-geral de um partido, e nomeadamente de um grande e enorme partido como é o PS, tem que ter uma função de direcção e uma função dinamizadora, mas tem que ter também uma função estabilizadora e de procura dos consensos internos, de forma a permitir que o partido avance e não fique paralisado e desse ponto de vista penso que aquilo que nos une a todos é muitíssimo mais forte do que aquilo que nos separa. Portanto, estou convicto de que aquilo que as regras democráticas conduzirão, ou seja, a existência de determinadas disposições nas comissões políticas em várias distritais e perfeitamente compatível com um partido actualizado desde que haja uma coisa que nos une a todos é muito dos aspectos da vida e também na política, que é bom senso.

A realização dos congressos federativos marca o fim de um ciclo na vida interna do partido em que a palavra de ordem foi renovação. A partir de agora passam a estar reunidas as condições para o PS se preparar para as próximas batalhas eleitorais, nomeadamente as europeias e as autárquicas. Qual é a estratégia de afirmação que pretende seguir para termos sucesso nessas eleições?

Nos vamos ter no próximo ano dois momentos eleitorais muito relevantes, as eleições europeias e as eleições regionais. Nas europeias, o grande desafio será mostrarmos que é altura de o eleitorado ajustar algumas contas com este Governo, com esta maioria de direita, com as promessas não cumpridas e com o caminho que o País está a seguir, e julgo que o PS tem uma especial responsabilidade, na medida em que é um partido fundador do ideal europeu e é um partido muito determinado também na sua linha política pela postura pro-europeista e de aposta na construção de uma Europa cada vez mais forte no plano internacional. Por outro lado, também nós não podemos esquecer que se a direita for unida nessas eleições isso constituirá um escândalo nacional, visto que ainda há bem pouco tempo Paulo Portas era pura e simplesmente contra o euro e assistimos agora a esta extraordinária metamorfose so explicável por interesses eleitoralistas puros e simples e, portanto, o PS terá que denunciar claramente essa posição e essa postura. As eleições regionais são fundamentais para que o trabalho excecional que o Carlos César e a sua equipa têm desenvolvido na região autónoma dos Açores possa ser confirmado durante mais uma legislatura e também para que o PS comece a dar mostras na Madeira de que poderá vir a ser uma alternativa a considerar a prazo.

E quanto às autárquicas?

As autárquicas já só serão realizadas depois de um próximo Congresso do PS, visto que vamos ter um Congresso em finais de 2004, e portanto este será o momento indicado para se tirarem conclusões mais práticas sobre como agir nas eleições autárquicas, na perspectiva de que estas são o início de um ciclo político absolutamente decisivo para os próximos anos, uma vez que em poucos meses vamos ter eleições autárquicas, presidenciais e legislativas, é fundamental que se comece bem esse ciclo com uma grande vitória nas eleições autárquicas. É que convem não esquecer que foi nas últimas autárquicas que as coisas começaram a correr mal para o PS e também para o País. Assim, é impetuoso que nas próximas autárquicas haja um sinal de mudança muito forte dado pelos portugueses.

Sendo que esta é a primeira vez que se dirige a todos e a cada um dos militantes do PS através do “Acção Socialista”, qual era o principal mensagem que gostaria de lhes dirigir? A principal mensagem que eu quero deixar aos militantes do PS que finalmente vão passar a poder ter permanentemente acesso ao “Acção Socialista” é que tenham uma aspiração de participação activa na vida do partido cada vez mais forte, que não deleguem noutros a sua vontade política e que estejam activos não apenas nos momentos eleitorais internos ou externos, mas em permanência, e que sobretudo tenham a combatividade para poder utilizar os nossos argumentos para que não fiquem desmoralizados cercados pelas críticas dos nossos adversários. Os nossos militantes têm de compreender que os membros dos outros partidos, mais à esquerda ou mais à direita, atacam o Partido Socialista muitas vezes tentando dividir-nos, por-nos uns contra os outros. Por isso, é fundamental que tenhamos os nossos argumentos, que saibamos defender-nos, e que não saijamos lá permalveias muitas vezes às críticas dos adversários. E, sobretudo, que sejamos capazes também de os criticar, visto que estamos na oposição e podemos e devemos não apenas apresentar alternativas mas também denunciar aquilo que vai mal no nosso país.

CONFIDÊNCIAS

Sabendo-se que é um apaixonado pelo futebol, como tem seguido esta temporada em que o seu clube não tem estado à altura dos pergamínios leoninos?

Eu acho que esta temporada, para terminar a vida do Estádio José Alvalade não podia ter corrido pior, visto que não me lembro de num mesmo ano terem acontecido tantas desgraças, como a eliminação por uma equipa da 2ª divisão, muito respeitável mas do escalão secundário, na Taça de Portugal em Alvalade, o facto de se ter perdido duas oportunidades de participação nas competições europeias, ter-se perdido em casa com o Benfica e com o FC Porto, não se ter conseguido ganhar em casa com o Boavista nem ao Vitória de Guimarães, perder por três bolas a zero com o Gil Vicente, é de facto muita coisa negativa numa mesma época. Portanto, espero que com o novo estádio, a partir de Agosto, a vida mude para melhor também no meu clube. Agora, não posso considerar como negativo o facto de nos últimos quatro anos ter sido por duas vezes campeão nacional, ter ganho uma Taça de Portugal e duas SuperTaças.

Tenciona ir ver jogos do Euro-2004?

Sim, tenciono, se puder. Eu gosto do futebol bem jogado, independentemente daquele amor à competição que se tem. E certamente que vamos ter grandes jogos no Europeu em Portugal e espero poder ver alguns.

O facto de ter sido avô ainda há pouco tempo mudou alguma coisa na sua vida?

Mudou bastante porque acho que cria uma muito maior tranquilidade pessoal. Há uma beleza nas crianças e na relação entre um avô e uma neta que eu não suponha que fosse tão grande e que contribui muito para se estar bem.

É conhecida a sua afecção pelo seu cão Gastão. Agora, o que não era ainda público, e esta é uma inconfidência, é também o seu bom relacionamento com os gatos. Qual o fascínio que lhe despertam os animais?

Eu fui sempre habitado desde criança a conviver com animais, com cães e com gatos, em casa dos meus avós e numa quinta de uns tíos meus. Eu sempre achei que os animais tinham qualquer coisa de fascinante, porque ao mesmo tempo têm grande dependência de nós, mas são muito autónomos, têm personalidades vindicas e muito diferentes uns dos outros. Eu live um gato em casa durante muitos anos e me fez muita companhia, sobretudo quando lia livros ou o jornal, e agora é este cão. Costuma-se dizer que aos cães só lhes falta falar, mas eu acho que esta fala.

Como lida com as críticas?

Tem dias. As vezes lido melhor outras vezes pior. Não lido bem quando são manifestamente injustas ou servindo interesses menos confidenciais. Quando são correctas, quando são justas, aprendo bastante com as críticas.

O que mais o estimula?

O que mais me estimula é a possibilidade de podermos defender os nossos argumentos, de conseguirmos ter uma relação muito positiva com as pessoas, e o que mais me estimula é realmente a presença junto das portuguesas e dos portugueses, dos jovens. Bastante mais que as reuniões internas e a presença junto das populações que me estimula.

Acompanhei-o durante este último fim-de-semana e constatei que o Ferro Rodrigues hoje em dia se dirige às pessoas e às cumprimenta e que antes se retrai. Há aqui portanto uma mudança da sua atitude?

Não tenho essa ideia. Tenho a ideia de que sempre live mais gosto pelo relacionamento fora do dentro dos gabinetes e das reuniões internas e que sempre live algum a-vontade na relação com a população.

Qual é a importância que atribui às sondagens?

As sondagens são importantes para se poder analisar a evolução de alguns aspectos qualitativos e também para se poder saber qual é o sentimento das pessoas em relação aos problemas e em relação aos partidos e aos políticos. Isto não quer dizer, no entanto, que a acção dos partidos e dos políticos se deva adaptar às sondagens, porque estes têm também a obrigação de influenciar a opinião pública e de poderem alterar as sondagens e o pensamento das pessoas em relação a este ou aquele fenómeno quando acreditam que tem razão. Agora é evidente que no actual contexto político português as sondagens exprimem aquilo que é um sentimento de grande amargura e de grande decepção e de alguma revolta que os portugueses tem contra este Governo e contra esta forma de fazer política em que a misificação e a fuga às responsabilidades estão a conduzir o País para becos de onde depois vai ser muito difícil nós virmos a sair.

Mas com os últimos resultados sente-se alguma preocupação mais motivada a continuar o seu trabalho à frente do PS?

O facto de nos olharmos para as sondagens e verificarmos que o Partido Socialista está em todas elas à frente é um bom sinal, mas também não nos podemos esquecer que só há eleições daqui a um ano, no caso das europeias, e só depois virá o restante calendário eleitoral. Portanto, o que é importante é que possamos estar à frente no final e não no princípio.

ABRANTES**AÇUDE INSUFLÁVEL
DEVOLVE O TEJO À CIDADE**

A Câmara Municipal de Abrantes aprovou a execução do projecto de um açude insuflável no rio Tejo, com o objectivo de reter as águas, de modo a criar uma espécie de pequena albufeira onde se possam praticar actividades ligadas ao lazer.

O açude insuflável é a obra fundamental do Projecto Aquapolis, que a autarquia socialista está a desenvolver nas duas margens da zona ribeirinha da cidade. Esta infra-estrutura que terá um custo de 10,2 milhões de euros, será feita ao longo de dois anos.

Uma praça fluvial, parques infantis, circuitos para peões e circuitos para peões e ciclistas, zonas de contemplação da paisagem estão também previstas no Projecto Aquapolis, com o qual Nelson Carvalho quer "devolver o Tejo a Abrantes".

BARREIRO**CÂMARA FAZ LEVANTAMENTO
HISTÓRICO DO MOVIMENTO
ASSOCIATIVO**

A Câmara Municipal do Barreiro vai proceder a um levantamento da história e das memórias das colectividades locais que ao longo dos anos dedicaram muito do seu tempo à intervenção associativa e social.

Segundo a autarquia, este projecto tem como objectivo "dar a conhecer as novas gerações a verdadeira dimensão social do movimento associativo na vivência da cidade, ao longo de mais de 100 anos".

Este trabalho vai ser desenvolvido com a colaboração do movimento associativo concelhio, estando prevista ainda uma compilação documental e iconográfica, a par de testemunhos de sócios que presenciaram eventos e datas marcantes das colectividades.

BRAGA**EDILIDADE APROVA CANDIDATURA
A CAPITAL DA CULTURA**

A Câmara Municipal de Braga aprovou por unanimidade a preparação da candidatura da cidade a Capital Nacional e Europeia da Cultura.

O presidente da autarquia, Mesquita Machado, acredita que "Braga tem condições únicas para honrar o seu passado, para se orgulhar do seu presente e para acreditar no seu futuro".

No documento entretanto enviado ao Ministério da Cultura, refere que "no riquíssimo concerto cultural nacional e europeu, a cidade de Braga pode intervir com importantes contribuições no domínio do progresso humano dos povos, uma vez que tem a possibilidade de exibir ao País e à Europa uma marca própria, 'sui generis', ao mesmo tempo antiga e moderna".

LOURES**AUTARQUIA QUER AVANÇAR
COM POLÍCIA MUNICIPAL**

A Câmara de Loures apresentou ao Governo a sua candidatura para a criação de uma Polícia Municipal.

A actividade desta força vai desenvolver-se em todas as freguesias do concelho, com funções em áreas tão diferentes como a vigilância das escolas, do trânsito, o ordenamento do estacionamento ou a preservação do ambiente.

A autarquia prevê, numa primeira fase, a contratação de 60 agentes a quem será ministrada formação na Escola Prática de Polícia e no Centro de Estudos Autárquicos, de modo a prepará-los jurídica e administrativamente.

O município socialista espera receber do Estado uma comparticipação que poderá atingir os 40 por cento, o que representa um investimento da ordem dos 645 mil euros, enquanto a carga da câmara fica o pagamento de cerca de 840 mil euros.

MONTIJO**NOVA ATITUDE PARA AS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA**

A qualidade de vida dos portadores de deficiências, é uma preocupação para a autarquia do Montijo, pelo vai desenvolver um conjunto de iniciativas nas áreas de sensibilização, integração e acção, projectos que se inserem no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

"A adesão da autarquia ao Ano Europeu é importante para despertar, sensibilizar e mobilizar a comunidade para uma nova atitude face às pessoas com deficiências", disse a presidente Maria Amélia Antunes, na cerimónia de abertura oficial das comemorações no Montijo.

Num concelho em que 2213 municípios são portadores de deficiências, a autarquia socialista salientou que "cabe à autarquia, às associações e a todos os cidadãos contribuir para que estes sejam cidadãos de pleno direito e perfeitamente integrados".

A edilidade vai atribuir um subsídio de 1100 euros à Confederação Nacional dos Organismos Deficientes (CNOD), outra parceira nas comemorações do Ano Europeu, para apoiar a campanha de sensibilização promovida por este organismo.

Na área da integração, a autarquia socialista vai ceder um apartamento que funcionará como residência para jovens deficientes e criar uma Associação de Pais e Amigos do Deficiente.

O município vai também promover a criação de um Guia de Recursos da cidade, concebido em suportes acessíveis a todos, incluindo versões em



o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Todos a Bordo!

Braille que serão enviadas a todos os invisuais do concelho.

Outra iniciativa anunciada pela autarquia é o Programa EQUEAL - Emprego Apoiado que será desenvolvido até 2004 com vista à integração de pessoas em desvantagem, acompanhando-as no processo de contratação e promover a entrega de um prémio à empresa do concelho que mais se distinga nesta área. Vai ser ainda lançado o projecto "Desporto Igual na Diferença", que terá como

objectivo proporcionar o acesso e enquadramento nas diferentes actividades desportivas dos alunos com deficiências motoras dos ensinos básico e secundário, do concelho.

Na via pública, também se vai proceder ao rebaixamento dos passeios junto às passeadeiras, o alargamento de alguns passeios e a instalação de rampas de acesso ao centro comercial Parque e de um elevador no edifício dos Paços do Concelho.

PORTIMÃO**TRANSPORTE ALTERNATIVO ECOLÓGICO**

Visando a melhoria da mobilidade urbana e ambiental, a cidade de Portimão passou recentemente a dispor de dois mini-autocarros eléctricos integrados nas frotas de transporte público urbano.

O baixo custo de exploração e ausência de poluição são algumas das vantagens que fazem do mini-autocarro eléctrico o veículo mais adequado para transportes nos centros urbanos.

Segundo o presidente da autarquia local, Manuel da Luz, trata-se de uma experiência pioneira no Algarve, sendo

Portimão a única cidade que vai ter a funcionar este tipo de transporte de nome técnico "Gulliver", baptizado de "Limpinho".

"Estamos conscientes da importância da mobilidade e do equilíbrio ambiental para o desenvolvimento sustentável da cidade, sendo para nós uma prioridade incrementar uma política de transportes eficazes e que passem pela utilização de alternativas amigas do ambiente", disse.

Ainda de acordo com o autarca socialista, o circuito do mini-autocarro passa pela maioria dos parques de

estacionamento existentes na cidade, com o intuito de possibilitar uma alternativa aos automobilistas, contribuindo para evitar a circulação automóvel no centro da cidade.

O "Limpinho" transporta 22 passageiros, dos quais oito sentados, tendo instalação para segurar uma cadeira de rodas.

Paralelamente, a autarquia vai desenvolver acções de sensibilização junto das escolas, chamando a atenção para os problemas ambientais, numa campanha que termina em Maio com um encontro sobre "Energias Alternativas e Mobilidade Urbana".

VILA FRANCA DE XIRA**MUNICÍPIO EFECTUA ESTUDO
SOBRE RECOLHA DE LIXO**

A Câmara de Vila Franca de Xira vai elaborar um estudo económico tendente à transferência do serviço de recolha de lixo para uma empresa privada.

Para Maria da Luz Rosinha apesar da transferência dos serviços de

recolha de lixo para uma empresa privada não estar nos planos da autarquia, pretende-se "analisar a qualidade do serviço e os custos de uma empresa de especialidade", já que o município depende anualmente de 1,2 milhões de euros nesta

actividade.

"Não podemos considerar a questão do pé para a mão", afirmou Maria da Luz Rosinha, relembrando ainda que os trabalhadores da câmara que fazem esse serviço "não podem ser postos de lado".

ANA GOMES EM JANTAR-DEBATE

PORTUGAL DEVE RECUPERAR DIGNIDADE PERDIDA



O Governo português deve trabalhar para recuperar a dignidade perdida na crise que desencadeou a guerra do Iraque. Esta a exigência feita por Ana Gomes, para quem o futuro do Globo não está condenado ao imperialismo norte-americano, uma vez que os Estados Unidos, enquanto potência dominante, enfrentam problemas económicos, políticos e diplomáticos que poem em causa o seu desejo de auto-suficiência.

As declarações da responsável pelo pelouro das Relações Internacionais no Secretariado Nacional foram proferidas num jantar-debate sobre "Portugal e a Nova Ordem Mundial", organizado pelo Clube de Política "Imaginar Portugal", que se realizou no passado dia 1, em Lisboa, e em que também participaram João Pinheiro (ex-adjunto do ministro socialista da Defesa Rui Pena), e José Manuel Pureza (deputado municipal pelo BE).

Numa intervenção em que reiterou a ilegalidade, a ilegitimidade e até o "carácter criminoso" da acção militar contra Bagdade, Ana Gomes alertou para o elevado preço desta "aventura belicista" em vidas humanas e danos materiais.

"É provável que este conflito seja ganho militarmente, dado o desequilíbrio de forças, mas é muito difícil que se dêem vitórias no campo diplomático e político", alertou, salientando que as opiniões públicas dos diferentes países

envolvidos na crise não vêm com bons olhos os desmentidos e as contradições sucessivas da aliança anglo-americana. Por outro lado, frisou, é "absolutamente imoral que as comadres da coligação se zanguem ao disculpir publicamente os contrários da reconstrução do Iraque". Na actual conjuntura, "é preciso que os portugueses continuem a manifestar-se, para mostrar ao Governo que o povo português não apóia esta guerra, disse, avisando que o conflito já está a "servir de desculpa" ao Executivo de Durão Barroso para justificar as dificuldades económicas, que serão "dramaticamente agravadas" com o decurso da guerra. A dirigente socialista manifestou o seu desejo de que a guerra "acabe o quanto antes" e que os governantes que a apoiaram percebam "que comelaram um erro", saudando depois a posição do Governo de recusar a expulsão de diplomatas iraquianos pedida pelos EUA.

Para o período pós-guerra, Ana Gomes defendeu que a reconstrução do Iraque seja feita sob a égide da ONU.

"Não concebo que Portugal ou outras nações europeias viessem a legitimar a colonização do Iraque pelos seus agressores", afirmou, defendendo em seguida que devem ser as Nações Unidas a determinarem a administração iraquiana, por forma a garantir "um governo legitimado pelo povo, a integridade territorial e os recursos do país, como aconteceu em Timor-Leste".

Para Ana Gomes, a ONU deve ser preservada enquanto "espaço de discussão para as nações", sofrendo, no entanto, profundas reformas no âmbito da sua constituição e funcionamento.

Partidária da criação de "um exército rápido" no âmbito da ONU, a dirigente do PS sublinhou a necessidade de uma recomposição do Conselho de Segurança, com vista a uma melhor representação das relações económicas da actualidade.

No que diz respeito à União Europeia, a antiga diplomata reclamou dois votos cativos na sede das Nações Unidas, um rotativo pela Alemanha, França e Reino Unido e o outro em nome dos pequenos países.

Depois de considerar fundamental o reforço do Direito Internacional, que não deve ser concebido em função da segurança das nações, mas em torno da salvaguarda dos direitos humanos, a secretária nacional do PS apontou como questão essencial para a Europa a consolidação do euro e a adesão da Grã-Bretanha à moeda única. Perfilou-se igualmente, segundo Ana Gomes, a necessidade de se criar na UE um sistema de defesa, com capacidade de intervenção militar, interactivo e não alternativo à NATO, mas que vai implicar investimento em armamento, do qual Portugal "não pode ficar à margem".

MARY RODRIGUES

O País relativo

A CRISE CHEGOU AO GOVERNO

Há um ano que o País não sabia que tinha um Ministério do Planeamento e há um ano que o País não sabia que tinha um ministério do Ambiente. Mas, na passada sexta-feira, foi dado um passo em frente, continua a não haver política de ambiente e de planeamento, mas deixou de haver o Ministro respectivo. Um ministro que deixou de ser porque se tinha esquecido de declarar que o sobrinho tinha umas contas na Suíça, apesar do titular das mesmas não ser o sobrinho, mas o dr. Isaltino, himself.



PEDRO ADÃO E SILVA

Nos últimos doze meses o Governo parou uma série de áreas de governação. É preciso estar excessivamente atento para dar pela existência de uma política cultural, científica, de educação, de administração interna e, claro, ambiental e de planeamento. É um dado absolutamente trágico. Há um ano que o País não sabia que tinha um Ministério do Planeamento e há um ano que o País não sabia que tinha um ministério do Ambiente. Mas, na passada sexta-feira, foi dado um passo em frente, continua a não haver política de ambiente e de planeamento, mas deixou de haver o Ministro

respectivo. Um ministro que deixou de ser porque se tinha esquecido de declarar que o sobrinho tinha umas contas na Suíça, apesar do titular das mesmas não ser o sobrinho, mas o dr. Isaltino, himself. Obrigado Tio, dirá o rico sobrinho. Estranho, não é? Para completar o ramalhete, só faltava mesmo a començação nacional que logo se começou a gerar, sublinhando a honradez do personagem. O ministro fez, agora, evidentemente a única coisa que tinha a fazer. No entanto, verdade seja dita, até prova em contrário, este acto não lhe serviria para lavar a honra do pecado suíço cometido antes.

No meio de tudo este rebulico, o eng. Valente de Oliveira, que tinha sido um Ministro clandestino das obras públicas, a não ser quando releve uns tempos um relatório da Procuradoria, aproveitou para ir à vida dele. Fez naturalmente bem.

Claro que o rebulico não deveria ter ficado por aqui. Era, aliás, uma oportunidade para fazer a remodelação de que o Governo e o País precisavam. Ficamos à espera da verdadeira remodelação. A da ministra da Justiça, do ministro da Administração Interna e, naturalmente, do outro ministro, envolvido numa grandíssima trapalhada, e que há muito já devia ter zarpado do Governo. Mas esta é uma história que sendo moderna, é ainda assim já antiga. A ética republicana exigia o zarpando. Houvesse ética e fosse ela republicana. Era, aliás, um comportamento que servia de amostra.

No meio de tudo isto assilimos à rábula do ministro que ia ser do Ambiente e afinal foi para as Obras Públicas e a verdadeira debandada de secretários de Estado, que se puseram ao fresco a um ritmo que nem a agência Lusa conseguiu acompanhar.

O problema é que há em todo este processo um sinal de enorme fragilidade deste Governo. Um ano após tomar posse e apenas um ano, a verdade é que a crise que os portugueses sentem há 12 meses chegou também ao interior do Governo. E, antes de mais, preocupante que ministros que tinham um peso político próprio tenham sido substituídos por outros ministros, autênticos pesos "pluma". As primeiras declarações do ministro Teijas são a este nível surpreendentes, esperemos que tenho sido a tremedeira da estreia, porque, caso contrário, inaugura-se um admirável mundo novo. O mundo dos ministros que nem percebem da área que tutelam, nem têm peso político próprio.

Um ano depois o Governo do PPI/PSD está isolado do País, o primeiro-ministro não sai à rua, provavelmente para não ser pateado, e o Governo remodela-se à pressa e com evidentes sinais de cansaço, próprios de quem é Governo há largos anos. Era mesmo isto que os portugueses precisavam para juntar à crise. O País não merecia este desgoverno.

www.paisrelativo.blogspot.com

IMAGINAR PORTUGAL

Criado a partir do novo quadro estatutário do PS, o "Imaginar Portugal" reúne várias dezenas de jovens, a maior parte dos quais socialistas, que pretendem fomentar "uma nova relação entre os partidos políticos e os cidadãos".

O movimento - nascido a partir do manifesto "Imaginar Portugal 2006", lançado no último congresso do partido - foi concebido como um "espaço de fronteira" entre militantes e não militantes

e enquadra o seu "centro de gravidade na área política do centro-esquerda", representando uma experiência pioneira no País, segundo declarou ao "Acção Socialista" Miguel Cabrita, dinamizador do clube.

Não se trata de uma tendência, asseguram os seus membros, adiantando que a ideia central do clube é mobilizar e motivar as pessoas para as questões políticas.

ALBERTO COSTA NA CONVENÇÃO

CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR EUROPEIA DEVEIA SUBSTITUIR ACTUAL COSAC

A COSAC, organismo que reúne anualmente representantes dos parlamentos nacionais para discutir questões europeias, devia ser substituído "por uma verdadeira conferência interparlamentar com efectivos poderes de controlo", propôs o deputado Alberto Costa, representante do parlamento português na Convenção sobre o Futuro da Europa, na última reunião, que se realizou em Bruxelas.

Nesta sessão de dois dias de trabalho em que foram discutidas as finanças da União, o espaço de liberdade, segurança e justiça, a subsidiariedade e o papel dos parlamentos nacionais, Alberto Costa considerou sobre este tema que os poderes de que passaria a ser dotada a conferência interparlamentar deveriam exercer-se em áreas como a justiça, assuntos internos, política externa, segurança e defesa.

"A Constituição da União Europeia deveria não só prever esta conferência interparlamentar, como ainda atribuir-lhe responsabilidades efectivas e consequências para as suas decisões e acções de controlo", defendeu. Para o deputado, este passo seria tanto mais pertinente quanto a COSAC "é hoje uma entidade cuja denominação, funções e conceito são insatisfatórias, e o seu reconhecimento e prestígio junto dos parlamentares muito pequeno".

Já sobre o papel dos parlamentos nacionais, Alberto Costa considerou que devem ser consagradas soluções constitucionais e "não apenas meros arranjos e mecanismos de segunda ordem a remover para anexos ou



protocolos". Na sua opinião, "seria incompreensível que o papel dos parlamentos nacionais permanecesse fora da Constituição da União Europeia.

Quanto à discussão sobre o processo legislativo, considerou positivo o acolhimento que na Convenção teve o conceito de lei europeia e o de lei

européia. "Todas as leis devem ser adoptadas mediante debates e votações públicas em duas sedes representativas, uma em que tende a

expressar a igualdade dos Estados e outra em que se tenda a exprimir a igualdade dos cidadãos", afirmou.

Por sua vez, o deputado Guilherme d'Oliveira Martins, também membro da Convenção, concordou com a distinção entre poder legislativo e executivo e defendeu a necessidade de ser feita uma reflexão sobre as hipóteses de leis orgânicas europeias.

Referência ainda para o comissário António Vitorino, que considerou que as leis devem ser da responsabilidade conjunta do Parlamento Europeu e da Comissão. "As excepções legislativas reservadas ao Conselho devem limitar-se a domínios muito bem identificados e, sobretudo, na base de uma lista que deve ser discutida no seio da Convenção e num período transitório", considerou.

Na abertura dos trabalhos, o presidente da Convenção, Valérie Giscard d'Estaing, fez uma alusão ao período que a União atravessa em virtude da guerra no Iraque. "Na véspera de acontecimentos graves, não fechemos os olhos sobre o estado da Europa. Mas não renunciemos também ao nosso esforço para a tornar diferente, para que a unidade profunda dos seus povos venha à superfície e se torne uma força e um influência capaz de desempenhar um papel determinante na emergência de um novo mundo justo, tolerante, baseado no respeito pelo direito e também durante tanto tempo quanto possível, pacífico", disse.

P.P.

CARLOS LAGE

NOMEAÇÃO DE DIRECTOR-GERAL SUSCITA PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Os deputados socialistas portugueses no Parlamento Europeu querem esclarecer em que condições foi nomeado para a Comissão Europeia o director-geral português, já que uma intervenção na Assembleia da República de Durão Barroso levantou dúvidas sobre se seria por uma questão de mérito ou por resultar de uma pressão diplomática, o que distorceria o espírito de independência do funcionalismo público europeu face aos Governos nacionais.

Numa pergunta dirigida à Comissão, o presidente da delegação socialista portuguesa, Carlos Lage, considera que a escolha de um português para o cargo de director-geral, com a qual se congratulou, seria pacífica se no passado dia 26 de Março, num debate na Assembleia da República, o primeiro-ministro não tivesse declarado que a nomeação do referido candidato constituía "uma vitória diplomática do seu governo".

Para Carlos Lage, é neste sentido que se coloca a questão de saber se essa nomeação "resultou apenas do valor do candidato face a critérios de mérito, igualdade de oportunidades e equilíbrio geográfico", ou se, pelo contrário, se ficou a dever a pressão diplomática do Governo português, caso em que os regulamentos da Comissão estariam a ser infringidos.



JORGE SAMPAIO DEFENDE

UNIÃO EUROPEIA DEVE DOTAR-SE DE POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA COMUM

A União Europeia deve dotar-se de uma Constituição que preconize de forma vinculativa uma política externa e de segurança comum e também de defesa, como forma de ultrapassar dificuldades como esta com que agora se depara em virtude da intervenção militar no Iraque, defendeu o Presidente da República, Jorge Sampaio.

O Presidente, que falava na Faculdade de Economia de Coimbra, no dia 2, afirmou que o novo texto constitucional que a União venha a adoptar no futuro deveria também ter como vinculativo o desenvolvimento do princípio de coesão económica, social e territorial e outras políticas comuns reformuladas.

Para Jorge Sampaio, que nos últimos meses tem sido particularmente activo no lançamento da discussão sobre o futuro da Europa, só dessa forma seria possível "superar o défice bem gritante



de uma União como actor global equilibrador das relações internacionais".

A necessidade de dar este salto constitucional justificou-se com o facto de actualmente serem "evidentes as dificuldades políticas, económicas e até psicológicas em que hoje se encontra a União". Consciente das dificuldades, lembrou que a União Europeia precisa de consensos "capazes de impedir que os egoísmos nacionais se sobreponham ao interesse europeu". "Poderíamos dizer que vivemos um momento pouco exaltante de divergências e crispções entre os parceiros europeus", considerou, acrescentando que a presente conjuntura poderá projectar-se negativamente no normal desenvolvimento dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa e no normativo que ela propará.

FERRO RODRIGUES EM MADRID

SOCIALISTAS PORTUGUESES E ESPANHÓIS VÃO PASSAR A TER ENCONTROS ANUAIS

Os dirigentes dos partidos socialistas português e espanhol vão passar a realizar reuniões bilaterais anuais ao mais alto nível, alternadamente em Portugal e em Espanha. Esta foi uma das principais conclusões de uma reunião que no passado dia 28 de Março se realizou em Madrid, com o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, e do PSOE, José Luis Zapatero. No encontro, discutiu-se também a guerra no Iraque, o desemprego e as consequências do naufrágio do Prestige na costa da Galiza.

A guerra no Iraque concentrou grande parte das atenções do encontro, tendo ambos os partidos reiterado a sua oposição à guerra no Iraque e exigido o fim da intervenção militar o mais rápido possível.

Ferro e Zapatero consideram que a guerra viola o Direito Internacional, põe em causa o Conselho de Segurança das Nações Unidas e prejudica seriamente o projecto de construção europeia. Defenderam também que se estabelecesse urgentemente um acordo básico sobre a ajuda humanitária e a reconstrução do Iraque.

Por outro lado, os líderes dos dois partidos consideram que a União Europeia deve reforçar o seu



compromisso com o desenvolvimento de políticas que favoreçam o emprego e a coesão social. Neste contexto, deve

dar-se uma importância particular à luta contra o desemprego dos jovens, à igualdade de oportunidades, assim

como ao reforço da empregabilidade dos cidadãos, ao investimento em inovação, com o objectivo de contribuir

para que a Europa possa atingir as metas definidas na "Estratégia de Lisboa". Neste âmbito, o PS e o PSOE consideram que as respostas dadas pelos governos de Durão Barroso e José Maria Aznar estão erradas e geram mais inactividade e problemas sociais.

Defenderam também o desenvolvimento das relações económicas entre os dois países no respeito das regras de livre e sã concorrência, sem prejuízo de procurarem um crescente equilíbrio ao nível das trocas e do investimento produtivo entre ambos.

Consideram, por outro lado, que as respostas dadas pelas autoridades portuguesas e espanholas foram inadequadas para impedir o desastre ambiental provocado pelo derrame do Prestige. Os dois partidos acordaram em, tanto a nível europeu como nacional, adoptar medidas destinadas a aumentar as exigências de segurança marítima.

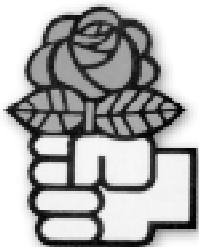
Participaram também no encontro o líder parlamentar do PS, António Costa, e Pedro Adão e Silva, membro do Secretariado Nacional. Pelo PSOE estiveram presentes o líder parlamentar e o responsável pelas relações internacionais, o ex-comissário Manuel Marín.

INTERNACIONAL SOCIALISTA APELA À LIBERTAÇÃO DE PRESOS EM CUBA

A recente vaga de repressão em Cuba levou a um coro de protestos internacionais sem precedentes com tomadas de posição e abaixo assinados a exigir a libertação dos presos pelo regime de Fidel Castro. Também a Internacional Socialista emitiu um comunicado exigindo a libertação rápida dos presos políticos.

"Libertem sem demora todos os presos", afirma o comunicado da Internacional Socialista, presidida por António Guterres, recordando que Cuba se comprometeu a respeitar a liberdade de expressão e de associação.

O comunicado pede o fim da repressão



em Cuba e que sejam assegurados a todos os cubanos as liberdades fundamentais.

Nas semanas passadas começaram em Cuba os julgamentos de dezenas de opositores ao regime, acusados de "actividades conspirativas" contra o Estado.

Um conjunto diversificado de personalidades internacionais e nacionais, com muitos intelectuais e políticos, subscreveram um abaixo-assinado em que pedem a libertação imediata dos dissidentes. Só nas últimas semanas foram presos mais de 80 opositores ao regime, alguns deles arriscando a prisão perpétua.

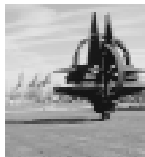


ELISA DAMIÃO SOLIDÁRIA COM VÍTIMAS DA GUERRA

A eurodeputada Elisa Damião manifestou na semana passada a sua solidariedade para com as vítimas iraquianas na guerra. Numa mensagem enviada ao embaixador do Iraque em Portugal, Elisa Damião manifestou a sua apreensão e

solidariedade para com os iraquianos que passam por um "momento tão dramático". "Como já vivi numa ditadura, sei perfeitamente distinguir o regime das pessoas e lamento que a distinção não tenha sido feita neste caso", afirma.

VITORINO VOLTA A SER APONTADO PARA SECRETÁRIO-GERAL DA NATO



O nome do comissário António Vitorino voltou na semana passada a ser dado como um dos prováveis sucessores do actual secretário-geral da NATO, George Robertson, que em Dezembro termina o seu mandato e está determinado a não o renovar.

Em Janeiro último foi a agência noticiosa Reuters e o Financial Times a divulgarem a preferência pelo comissário. Agora foi a vez do jornal alemão Frankfurter Allgemeine considerar Vitorino "um auspicioso candidato", na sequência de um pequeno-almoço com embaixadores dos países membros, que decorreu em Bruxelas na missão diplomática portuguesa junto da NATO. O comissário recusou-se a comentar "especulações" sem, no entanto, desmentir a notícia, como de resto aconteceu quando o seu nome foi posto a circular em Janeiro.

O nome de António Vitorino não surge isolado. Os ministros da Defesa da Noruega e da Itália também são falados. Pelo caminho ficaram já o antigo primeiro-ministro dinamarquês Poul Rasmussen e o do actual presidente polaco, Alexander Kwasniewski.

O substituto de George Robertson deve ser escolhido no próximo conselho do Atlântico Norte, que em princípio se realizará em Junho, em Madrid. De referir que a guerra no Iraque trouxe à NATO uma das suas maiores crises desde a segunda Guerra Mundial, alterando o equilíbrio de influências dentro da organização.

UMA QUESTÃO DE BOM SENSO

É demasiado evidente que o actual Executivo iniciou um irreversível processo de desintegração.

O secretário-geral do Partido Socialista afirmou recentemente que, em circunstâncias normais, os calendários eleitorais são para cumprir e que os socialistas não devem "excitar-se" com circunstanciais sondagens que dão ao partido uma significativa maioria eleitoral.

Estou completamente de acordo com este juízo que, para lá de revelar bom senso, se traduz fundamentalmente num exercício de pedagogia e de respeito democrático que caracterizam a vida e a acção política de Ferro Rodrigues.

As eleições legislativas de 2002 (inesperadas, escusadas mas, sobretudo, negativas para o País) abriram, apesar de tudo, um novo ciclo político que tem de ser esgotado.

O PS perdeu essas eleições e por tal foi afastado do Governo: deve aproveitar este período de oposição para se renovar, mas sobretudo para mudar, criando e assegurando condições ideais e sustentadas de voltar ao poder. Nem sempre me pareceu que esta apreciação e a correspondente estratégia tenham orientado a acção política do partido.

Por exemplo, não terá sido respeitada aquando da decisão recente de apresentar uma moção de censura ao Governo, num contexto parlamentar desfavorável e depois de se ter manifestado disponibilidade para elaborar políticas e acordos comuns sobre temas de interesse global.

Tem de compreender-se, contudo, o nervosismo e a ansiedade dos que generosamente sabem que o projecto político que acarinham e por vezes protagonizam não se encontra esgotado nem completado, mas também tem de exigir-se que todas as energias decorrentes dessa entrega ao interesse nacional sejam canalizadas para a construção do futuro do País que passa, obviamente, pelo regresso dos socialistas ao Governo.

Por isso não têm sentido certas impaciências e se revelam desastrosas algumas ambições fora de tempo que, sendo aceitáveis normalmente, não se justificam numa altura em que a sua concretização se traduzirá pelo incumprimento de compromissos livremente assumidos com o eleitorado que não podem ser desrespeitados.

Ainda bem, pois que num tempo de renovação e mudança, concretizadas sem rupturas nem exclusões, o principal dirigente do partido venha lembrar o que é essencial ou seja que o objectivo é atingir, tão próximo quanto possível, mas no respeito das calendários eleitorais e das normas constitucionais, a maioria política no País.

É demasiado evidente que o actual Executivo iniciou um irreversível processo de desintegração.

Incapaz de responder, com eficácia, aos problemas que assolam a conjuntura económica e social e responsável por um clima de desmotivação sem paralelo na história recente do País, o Governo está condenado. É certo que a sua agonia vai ter um preço a pagar pela sociedade portuguesa mas também é sabido que esse é, por vezes, o ónus devido pelo fortalecimento da democracia e dos seus órgãos representativos.

De todo o modo tudo isto só será sentido se o PS se preparar, entretanto, para o exercício do poder num novo ciclo económico, social e político.

Algumas das indicações que surgiram nos últimos dias do interior do partido são razoavelmente animadoras.

Há uma nova geração de dirigentes preparada para assumir a condução do PS a todos os níveis e capaz de definir um novo modelo de relacionamento com a sociedade civil, com reflexos desde logo nas próximas eleições autárquicas.

Vencer as próximas eleições autárquicas, nomeadamente nos grandes centros urbanos, é um passo decisivo para a alternância do poder.

A ausência de traumas e de dramas que a renovação em curso exige é também uma condição absolutamente imprescindível para esse sucesso. Ora tal sucesso forja-se na disponibilidade de todos para a renúncia parcial a interesses instalados e para a consequente eventual substituição.

A clarificação da natureza do poder interno é, assim, ainda uma tarefa inacabada porque tem-se revelado incapaz de absorver posições dogmáticas e conservadoras.

O delfino de opinião e a ameaça de sancionamento, pelo seu exercício, são lesivos e intoleráveis.

Infelizmente estiveram presentes recentemente nalgumas disputas eleitorais de âmbito regional.

Só pode desajar-se que se trate apenas de tentativas patéticas de resistir à evolução dos tempos e à inevitabilidade das mudanças e, que logo que a poeira assente, se perceba a verdadeira natureza das suas motivações. Assumir o bom senso expresso pelo secretário-geral sobre a situação política no País e criar condições internas para aproveitar a desagregação do poder da coligação governamental é mais do que uma possibilidade, uma obrigação.

Obrigação que resulta do dever que os partidos políticos responsáveis tem de orientar a sua actividade e participação públicas, em prioridade, para o serviço das sociedades donde emanam.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

PAULO CASACA CONSIDERA

CONTAS EUROPEIAS NÃO SÃO ARMA PARA DERRUBAR A COMISSÃO

A aprovação das contas europeias não deve ser utilizada como um instrumento para tentar derrubar periodicamente a Comissão Europeia, considerou o eurodeputado Paulo Casaca, numa conferência de imprensa, em Bruxelas, após a aprovação do seu relatório sobre a execução orçamental de 2001, na Comissão do Controlo Orçamental. O relatório defende que seja dada quitação à Comissão Europeia relativamente às contas de 2001, na medida em que "não foram encontradas falhas graves" e por o executivo comunitário se ter comprometido a corrigir todos os erros e falhas detectadas.

"Apesar da quitação ser o principal poder do PE, não deve ser vista como um jogo político, mas antes como um rigoroso mecanismo ao serviço do controlo das contas europeias", considerou o eurodeputado.

Por outro lado, Manuel dos Santos e Paulo Casaca consideraram, na sessão plenária de Bruxelas, que o dinheiro dos contribuintes europeus seria melhor protegido se existisse um Procurador Público Europeu, uma proposta que tem gerado polémica.

"A qualidade da cidadania europeia saíria reforçada com a criação de um Procurador, que funcionaria como garante do bom uso dado ao pilar financeiro da União", afirmou Manuel dos Santos.



Por sua vez, Paulo Casaca considerou que as funções do procurador não se deveriam limitar às questões financeiras,

mas estender-se também "aos crimes de tráfico de seres humanos, nomeadamente de crianças".

MÁRIO SOARES DEFENDE

EUROPA DEVE SER CONTRAPONTO DOS ESTADOS UNIDOS

"A União Europeia tem de ser um contraponto aos Estados Unidos", considerou a semana passada o eurodeputado Mário Soares, no lançamento do livro "A Incerteza dos Tempos", uma extensa entrevista feita pelo director do "Diário de Notícias".

Mário Soares acusou os Estados Unidos de encetarem uma guerra contra as Nações Unidas, a NATO e a União Europeia e de pretenderem, no Médio Oriente, fazer a reconstrução de toda uma região que compreende o Iraque, Irão, Síria e Arábia Saudita.

O eurodeputado aproveitou para criticar, mais uma vez, a administração Bush e esclarecer que a sua aproximação dos Estados Unidos numa dada altura da sua vida política se deveu ao facto de então ser necessário escolher entre dois mundos. "Eu fui atlântico quando havia uma tensão entre o Leste e o Oeste, mas



isso acabou", afirmou. Mário Soares lançou também, em Fátima, o seu livro "Memória Viva", escrito a partir de uma série de

entrevistas publicadas pelo canal francês "Histoire". O livro traça o percurso de uma vida dedicada à política e à democracia.

HELENA BANDOS

COERÊNCIA POLÍTICA AO SERVIÇO DA CULTURA ABRANTINA

O Partido Socialista deu-lhe referências às quais Helena Bandos juntou disponibilidade, participação intensa e convicções que não se deixaram abalar, quase três décadas volvidas de militância, pelos revezes eleitorais ou pelas dificuldades conjunturais.

Aposentada, dedica agora o seu tempo a actividades culturais, no âmbito das quais lidera o Grupo de Teatro Palha de Abrantes, preside ao Orfeão local e lecciona na Universidade da Terceira Idade.

Por todas estas iniciativas, que levam o espírito socialista à cultura regional, a militante foi distinguida recentemente com o galardão Antena Livre Cidade de Abrantes.

Como o PS, a camarada Helena põe as pessoas e o País em primeiro lugar. Por isso, não partilha da ideia do poder a todo o custo nem alinha com desestabilizações políticas que prejudiquem o regime democrático.

Depois de ter lido, reflectido e discutido com amigos os programas dos principais partidos que surgiram após o 25 de Abril, Helena Bandos decidiu aderir ao Partido Socialista em Outubro de 1974.

"Achei que o Programa e a Declaração de Princípios do PS se identificavam mais com a minha forma de pensar e de vida", diz hoje, quase 30 anos depois, afirmando com a mesma convicção de que "os ideais de liberdade e de solidariedade e o respeito pelos outros fazem a diferença entre o nosso partido e os outros".

E porque ser militante é "abraçar uma causa, um ideal e lutar por ele com coerência e persistência", a camarada Helena fez parte do Secretariado da sua Secção, desde a sua adesão ao partido, tendo também pertencido aos órgãos Federais.

A decisão pela vida político-partidária activa foi bem acolhida no seio familiar, onde o marido, o camarada António Bandos, já falecido, lhe seguiu os passos.

Entre as amizades a reacção foi igualmente satisfatória, até porque a maioria dos seus amigos eram e são socialistas.

Mas, Helena Bandos não começou a interessar-se por política apenas quando viu os tanques deslocarem-se para o Terreiro do Paço. Já em 1958, com apenas 19 anos, a Helena era sensível ao défice de liberdade que se vivia em Portugal.

Por ocasião das eleições presidenciais disputadas por Humberto Delgado (oposição) e Américo Tomás (candidato do regime), a militante, que então frequentava um colégio em Guimarães, impressionou-se com "o receio que se vivia e com o cuidado tanto das mães como do professor de História em não se falar do assunto, sobretudo quando se referia ao General Sem Medo". Quatro anos depois da adesão ao PS, era já candidata a deputada da nação, experiência que repetiria em 1987, embora nunca tivesse sido eleita.

O mesmo não aconteceu, porém, nas eleições locais em que concorreu, chegando a desempenhar funções como presidente da Assembleia da sua Junta

de Freguesia.

Helena Bandos participou intensamente em todas as campanhas eleitorais e Congressos do PS, sendo o momento mais alto da sua militância "a histórica eleição do camarada Mário Soares para a Presidência da República, em 1986". Dos desempenhos dos socialistas no poder, entre 1995 e 2001, faz um balanço realista, reconhecendo que "nem tudo correu como gostaríamos".

Para a camarada Helena, o primeiro mandato liderado por António Guterres foi "bastante positivo": Já o segundo ficou "marcado por contradições e hesitações que acabaram por frustrar as expectativas dos militantes e dos portugueses que tinham dado quase uma maioria absoluta aos socialistas". Todavia, abre um parêntesis para lembrar "o contributo muito importante e decisivo que o PS deu para a democratização do País", destacando ainda que "o partido esteve sempre na vanguarda dos grandes combates políticos que ocorreram depois da Revolução dos Cravos".

O Partido Socialista "lutou contra o fantasma da guerra civil no Verão



de 1975 e, depois, contra a ameaça do totalitarismo de esquerda. Preparou e fez a adesão de Portugal à CEE em 1986, mesmo contra a vontade de Cavaco Silva, e combateu os governos majoritários do PSD, que culminam com a vitória socialista em 1995", recorda também.

Quanto à vida interna do PS, a camarada Helena considera que o partido precisa de uma maior aproximação aos militantes, debatendo com eles os problemas que se apresentam no seu seio e para o País. "Calivar os jovens e as mulheres para

a vida partidária", com "um discurso coerente e credível" é mais uma achega deixada pela camarada que não hesita em afirmar que se revê na actual orientação que a direcção e a liderança de Ferro Rodrigues têm dado ao partido.

"O [último] congresso foi muito positivo porque projectou a imagem do secretário-geral como um político preocupado com as questões sociais e que conseguiu unir o PS, saído de uma derrota, dando sinais de confiança e esperança aos portugueses cansados da política derrotista do

Governo de direita", considera sem deixar de dirigir fortes críticas ao "discurso catastrofista" do Executivo de Durão Barroso, que acusou de ter desencadeado uma recessão económica e originado falências e desemprego.

Outro aspecto que Helena Bandos aponta como negativo no actual Executivo prende-se com "a adesão cega do primeiro-ministro ao ataque da coligação anglo-americana ao Iraque, sem ouvir o Parlamento e contrariando a opinião do Presidente da República e da grande maioria dos portugueses". Assim, na conjuntura em que vivemos, aponta, "a oposição socialista deve apresentar propostas fundamentadas e que reflitam o sentir dos portugueses, que funcionem como alternativas válidas às do Governo, não se limitando a fazer críticas sem conteúdo".

Apesar das sondagens evidenciarem um grande descontentamento por parte do eleitorado perante os desmandos e a desorientação governativa, Helena Bandos não arrisca considerar a actual conjuntura como favorável para uma corrida às urnas. "Eleições muito frequentes sem um fundamento válido levam, a médio prazo, a um descrédito do regime democrático", observou, acrescentando que, apesar de apoiar a candidatura de Ferro Rodrigues a primeiro-ministro, "para Portugal não é conveniente ir a votos antes do tempo". Além disso, conclui, "entendemos que os mandatos são para se cumprir até ao fim".



PERFIL

Nome
Maria Helena Moreira dos Santos do Rosário Bandos

Idade
64 anos

Ocupação
Professora de História aposentada

Hobbies
Teatro, música, leitura e viagens

Referências Socialistas
Mário Soares, Elisa Ferreira e Otó Palmé

Militância
Inscrição no PS em Outubro de 1974

MARY RODRIGUES

FÓRUM CIDADE

FERRO APONTA DIVERGÊNCIAS NA ESFERA GOVERNAMENTAL

As notórias divergências na esfera governamental, nomeadamente na condução da política económica, foram um dos pontos focados por Ferro Rodrigues no lançamento do "Fórum Cidade", uma iniciativa da Concelhia de Lisboa. Além das críticas à política do Executivo de Durão Barroso, o líder do PS lamentou ainda que passado mais de um ano de gestão da direita em Lisboa, "não haja um único projecto para a cidade ou uma única medida integrada".

Para inverter este quadro, foi criado este novo espaço de debate e reflexão, tendo em vista a construção de uma alternativa ao governo de Lisboa.



Ao discursar perante mais de três centenas de militantes, no Hotel Altis, Ferro Rodrigues afirmou que não percebe que este é um caminho de suicídio para o País, referiu, numa alusão às diferenças de opinião vindas a público entre a ministra Manuela Ferreira Leite e Miguel Cadilhe relativamente ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da União Europeia. Numa altura em que se discute a "flexibilidade" do PEC, é do lado do Governo português que surgem "as atitudes mais ortodoxas" no seio da União, salientou, a propósito, o líder socialista.

Ferro Rodrigues referiu-se ainda às "obsessões" do Governo, tais como rendimento mínimo, "que vai levar pela terceira vez ao Parlamento para subvertê-lo", e do Código do Trabalho, em que todas as propostas feitas pelo PS foram rejeitadas liminarmente pela maioria, em sede de discussão na especialidade. Também a "gestão mediativa" de Santana Lopes à frente da Câmara Municipal de Lisboa foi alvo de fortes críticas de Ferro Rodrigues.

"Não se vê um único projecto para a cidade ou uma única medida integrada, apenas campanha eleitoral permanente, promessas de casinos e de hotéis de charme, numa lógica de ziguezagues", disse. Ferro Rodrigues falou ainda do actual processo de renovação em curso no PS, mostrando-se particularmente satisfeito com a elevada afluência às urnas registada nas eleições federais. "Há uma nova vontade dos militantes em participar e não delegar o seu direito

de voto", frisou.

Por sua vez, Miguel Coelho, presidente da Concelhia, sublinhou que o "Fórum Cidade" é um espaço aberto de reflexão dos militantes e dos cidadãos independentes que queiram ajudar o PS a formular propostas que visem o desenvolvimento sustentável da cidade, a busca de soluções para questões inadiáveis ou até a tomada de posição em matérias que considere relevantes, no quadro da construção de uma

alternativa de governo para Lisboa. Por entre críticas às "políticas pouco consistentes e até contraditórias" que têm marcado o ano e meio de gestão da direita na capital, Miguel Coelho afirmou-se convicto de que se o PS souber "trabalhar propostas mobilizadoras" estarão reunidas as condições para "recuperar para a esquerda" a Câmara de Lisboa.



Já Eduardo Prado Coelho centrou a sua intervenção nalguns aspectos que considera marcantes para a qualidade de vida numa grande cidade, como os projectos de urbanização que devem ter em conta a "escala humana", a melhoria

dos transportes, que deve passar por uma gestão "flexível" dos horários das empresas, e a insegurança, um problema para o qual se devem já encontrar respostas, sem se esperar pelos resultados de "políticas preventivas".

De salientar que fazem parte da estrutura organizativa do "Fórum Cidade" o Conselho Consultivo, a Comissão Dinamizadora e Grupos de Trabalho Temáticos e de Base Local, que deverão desenvolver um conjunto de acções e

eventos indispensáveis ao cumprimento da estratégia e dos objectivos propostos ou a definir, como debates públicos sobre temas seleccionados, exposições documentais e artísticas ligadas à cidade de Lisboa e aos seus percursos e uma newsletter. A Concelhia de Lisboa fará em breve uma comunicação aos militantes, convidando-os a inscrever-se no Fórum Cidade. No entanto, quaisquer esclarecimentos podem ser solicitados ao camarada Miguel Coelho, através do telemóvel 917563296 ou pelo e-mail: mcoelho@ps.parlamento.pt

J. C. CASTELO BRANCO

REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DAS MULHERES SOCIALISTAS

Artigo 1º

(Autonomia)

O Departamento é uma estrutura do Partido Socialista com autonomia e organização próprias, que deve ser apoiada material, técnica e financeiramente pelo Partido, de acordo com os Estatutos.

Artigo 2º

(Objectivos)

O Departamento tem como objectivo promover uma efectiva igualdade de direitos entre as mulheres e os homens, bem como a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural e social e intervir na actividade do Partido.

Artigo 3º

(Competências)

São competências do Departamento:

1. Organizar e promover actividades de informação, formação e dinamização sobre os assuntos relativos à igualdade de direitos e de oportunidades entre mulheres e homens;
2. Agir e desenvolver mecanismos que contribuam activamente para uma mudança de mentalidades, de modo a que seja atingida a democracia paritária;
3. Promover ao poder político e à sociedade civil medidas de acção positiva conducentes à realização dos objectivos definidos no artigo anterior;
4. Zelar pelo cumprimento do disposto nos nº4 e 5 do artigo 116º dos Estatutos do Partido Socialista, por forma a que seja garantida uma representatividade mínima de 33% de militantes de qualquer dos sexos nos órgãos partidários e em todas as listas de candidaturas plurinominais por ele propostas;
5. Fazer propostas para o aumento gradual daquela percentagem tendo em vista a democracia paritária;
6. Elaborar os regulamentos referentes à organização, funcionamento e eleição dos órgãos do Departamento Nacional e dos departamentos Federais.

Artigo 4º

(Organização)

São órgãos do Departamento Nacional:

- a) O Presidente;
- b) O Secretariado Executivo;
- c) O Conselho Consultivo.

Artigo 5º

(Presidente)

1. O Presidente dirige o Departamento, a cujos órgãos dirige, e representa-o em todas as instâncias nacionais e internacionais relacionadas com os objectivos definidos no artigo 2º, e por inerência membro do Congresso, da Comissão Nacional, da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional, de acordo com os Estatutos do Partido Socialista.
2. O Presidente é coadjuvado por um membro do Secretariado Executivo por ele designado, que a substituirá nos seus impedimentos, e a qual poderá delegar as competências que entender.
3. Compete à Presidente:
 - a) Assurar as relações entre o Departamento e o Secretariado Nacional e os restantes órgãos do Partido;
 - b) Convocar e dirigir o Secretariado Executivo e o Conselho Consultivo;
 - c) Convocar eleições de acordo com as normas eleitorais;
 - d) Promover, com a colaboração do Conselho Consultivo e dos Departamentos Federais de Mulheres Socialistas, as condições necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 116º dos Estatutos do Partido Socialista, sobretudo no que se refere às metas quantitativas de participação nas listas partidárias.

Artigo 6º

(Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é presidido pela Presidente que tem voto de qualidade, e reúne, no mínimo, duas vezes por mês.
2. O Secretariado Executivo é constituído, além da Presidente, por oito membros nos termos do artigo 9º.
3. Compete ao Secretariado Executivo:
 - a) Elaborar o plano de actividades anual e o orçamento, bem como a relação de actividades e contas e submetê-lo ao aprova do Conselho Consultivo;
 - b) Executar o plano de actividades anual;
 - c) Garantir a apresentação de nomes de militantes para as listas de candidaturas plurinominais, de acordo com o estabelecido nos números

4 e 5 do artigo nº116 dos Estatutos do Partido Socialista.

4. Garantir, em todos os momentos, a defesa dos princípios e valores definidos pelo Departamento, como bandeiras do movimento a favor de uma democracia Paritária nos termos em que esta foi aprovada em Congresso do Partido Socialista.

4. Aos membros do Secretariado Executivo deverão ser atribuídos poderes.

Artigo 7º

(Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é constituído por um máximo de 30 militantes electivas e 15 suplentes, eleitas nos termos do artigo 9º.
2. Fazem parte do Conselho Consultivo, como membros integrantes:
 - a) As Presidentes dos Departamentos Federais;
 - b) As mulheres que são membros das Comissões Nacional, Nacional de Jurisdição e Nacional de Fiscalização Económica e Financeira;
 - c) As Deputadas, membros do Governo e Presidentes de Câmara, inscritas no Partido Socialista.
3. Fazem parte do Conselho Consultivo as candidatas a Presidente, não eleitas.
4. Compete ao Conselho Consultivo:
 - a) Aprovar o plano de actividades do Departamento e o orçamento apresentados pela Presidente;
 - b) Aprovar o relatório de actividades e contas;
 - c) Exercer as demais competências definidas no presente Regulamento e pronunciar-se sobre qualquer assunto a solicitação da Presidente;
 - d) Aprovar as listas de candidatas para integrar as listas plurinominais, de modo a dar consecução aos nºs 4 e 5 do artigo 116º dos Estatutos do Partido Socialista.
 - e) Poderá participar nos trabalhos do Conselho Consultivo a convite, membros simpatizantes do Partido Socialista bem como individualidades de reconhecido mérito na área da igualdade.

Artigo 8º

(Duração dos Mandatos)

A duração dos mandatos dos membros dos órgãos previstos no presente Regulamento é de dois anos.

Artigo 9º

(Regime Eleitoral)

1. A Presidente e o Conselho Consultivo são eleitos por todas as militantes inscritas no Partido Socialista, nos seguintes termos:
 - a) A Presidente, pelo sistema de lista unitária, por sufrágio directo de entre candidatas propostas por um mínimo de 50 militantes;
 - b) O Conselho Consultivo, segundo o método de Proportionalidade, pelo sistema de lista unitária, por sufrágio indirecto por um mínimo de 50 militantes e apresentadas pelas candidatas ao lugar de Presidente.
2. O Secretariado Executivo é designado pela Presidente, de entre os membros eleitos no Conselho Consultivo, e ratificado por este.

Artigo 10º

(Processo Eleitoral)

1. O processo eleitoral inicia-se com a apresentação das candidaturas a Presidente e das listas para o Conselho Consultivo bem como com a afiliação dos cadornos eleitorais, durante 30 dias seguidos e anteriores ao acto eleitoral.
2. A campanha decorrerá nos 15 dias anteriores à data do acto eleitoral.
3. A assembleia eleitoral decorrerá nas sedes das secções de residência e sectoriais.

Artigo 11º

(Mesa Eleitoral)

1. As mesas da assembleia eleitoral serão compostas por uma Presidente e duas vogas a designar pelas secções e por um representante de cada uma das listas concorrentes, sempre que possível.
2. Do resultado das votações, em cada mesa eleitoral, é feita uma acta onde constarão todas as ocorrências, relativas ao acto eleitoral, sendo as mesmas enviadas ao Departamento Nacional nos cinco dias seguintes.

Artigo 12º

(Departamentos Federais das Mulheres Socialistas)

1. A nível Federativo, devem ser constituídos Departamentos Federais das Mulheres Socialistas, com estrutura e objectivos similares ao Departamento Nacional, eleitos por todas as militantes da área da Federação.
2. São órgãos dos Departamentos Federais a Presidente, o Conselho Executivo Federativo, composto por quatro membros, além da Presidente, e o Conselho Consultivo Federativo, composto por 16 membros electivos e 8 suplentes, além das militantes indicadas no nº2 do artigo 7º, inscritas na área de cada Federação, como membros integrantes.
3. Aplica-se a eleição dos órgãos federais o disposto nos artigos 9º, 10º e 11º, com as necessárias adaptações.

Artigo 13º

(Regime de Finais)

O presente regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pelo Conselho Consultivo das Mulheres Socialistas, sendo posteriormente ratificado pelo Congresso do Partido Nacional.

REGULAMENTO DO DIMP de Janeiro de 2003

O ORGULHO DE SER PORTUGUÊS E EUROPEU

A grande força da Europa é e será sempre a de resolver os conflitos pela razão e pela ética, nunca pelas armas como é o desejo de uma certa "falcoaria armamentista" europeia, residual e sem espaço e escrúpulos, que faz o jogo da indústria da bala.

O ataque bélico ao Iraque que está a ser levado a efeito pela aliança anglo-americana, com o apoio espanhol, pretensamente com o pretexto do derrube do ditador iraquiano e do regime que este construiu com a sua prol directa e indirecta, não pode deixar de merecer a atenção e com ela, a preocupação, de quem tem da cidadania e dos princípios em que esta se desenvolve, a devida conta.

Não estamos interessados, com esta nossa opinião, em concorrer para o alargar da alarvide que está a constituir a difusão de notícias do quotidiano das operações militares, obedecendo às técnicas costumeiras de manipulação soez, embora com recurso a métodos que utilizam novas formas de expressão para nos fazer crer da veracidade do que se nos narra, mesmo que o repórter enfiado num quarto de um hotel se esforce para nos dar testemunhos e explicações do que se está a passar. Spielberg é mais atractivo e verdadeiro!

Felizmente que pertencio a uma geração bem aplechada de conhecimento e que sabe de cor as receitas e os truques que nestas ocasiões são utilizados, por todas as partes, para nos fazer entrar em posicionamentos e opinião a favor ou contra de qualquer das mesmas.

Como bem me adverte sempre o meu amigo Zbiew Bromsiry, de nacionalidade polaca e português pelo casamento, amigo correspondente de guerra, sobrevivente do campo de concentração nazi de Buchenwald e que escolheu há 23 anos o nosso neutral país para viver: "isto é tudo um grande Teatror"

Infelizmente o futuro que se adivinha, com sincera preocupação o afirmo, não traz nada de positivo. E se as coisas não estavam bem, não há ninguém que se arroge o direito responsável de afirmar que tudo irá ser melhor em 2004, em 2005 ou quando seja, porque de facto nada aponta para tal. Interessante é verificar a expressão do "sentimento" de alguns servidores/edtores da comunicação social nacional escrita, radialista e televisiva, no seu autoconvicto dever de informar e, sem reserva, fazer o respectivo registo.

É surpreendente a afirmação que agora sem decoro é produzida, relativamente ao pouco ou nenhum interesse em Portugal se reconhecer como país da Europa, contrapondo o muito mais interesse na sua vocação "atlantista". Deve ser para rir, porque esta "assumida" constatação ditada pela conjuntura não resiste aos argumentos mais simples que os factos demonstram e comprovam. Poderá ser do nosso clima, que é instável, mas não acredito que a memória dos portugueses seja assim tão curta. Como é possível que se não reconheça que foi a Europa onde estamos e estaremos, que nos permitiu sair da laralgia em que o Estado Novo nos deixou? Será que nos esquecemos do nosso atraso estrutural de há vinte anos e dos progressos que a nossa integração europeia nos permitiu, para concretizarmos políticas de progresso e de modernização que hoje são patentes e que há que prosseguir? A subsidiariedade é e foi uma palavra vã? E mau termos uma moeda comum, com valor estável,ão forte como o dólar? (De facto há quem não goste e que preferia o orgulhosamente sós, ainda...).

Que falácia é essa e o que quer significar, de apelidar "velha" Europa à União Europeia? Qual é o continente neste mundo em que vivemos onde os direitos humanos sejam mais respeitados do que na União Europeia? Mais, qual é o continente e a associação moderna de países, onde mais se invista "per capita" na investigação? Onde mais se esteja a "desarmar" na produção nuclear?

E a criar uma cultura de respeito pelo Ambiente? Onde é que as novas tecnologias (cada vez mais limpas) mais se revelaram disponíveis para os cidadãos? No mundo, quem produz os melhores automóveis, os melhores comboios e os melhores aviões? E até os melhores telemóveis? Até nisto a Europa suplantou o Japão!

A lista é irresistível em todos os domínios! E o que vale mais, uma União de Estados ou uma União de Nações, como é a União Europeia? Concertando Povos e Regiões, redimindo o passado de guerras e nessas desgraças dando o humus de civilização dá a força da razão à Humanidade em todos os continentes. Muitos pseudo-pensadores consideram que a Europa é tão frágil e contraditória que nem sequer é capaz de ler forças armadas conjuntas.

Ainda bem!
A grande força da Europa é e será sempre a de resolver os conflitos pela razão e pela ética, nunca pelas armas como é o desejo de uma certa "falcoaria armamentista" europeia, residual e sem espaço e escrúpulos, que faz o jogo da indústria da bala.

Porque será que tantas nações que estiveram obrigadas ao Pacto de Varsóvia estão agora sedentas de entrar nesta grande aliança pacífica de nações que é a União Europeia? Por que não preferiam "atlantizar-se"?

E que lese é essa de que a Europa Unida terá de ter aversão aos Estados Unidos da América e ao povo americano?

E já agora, porque não à China, à Índia, ao Brasil, etc.? Aos chineses, aos indianos e aos brasileiros?

Qual a base intelectual desta "tese"? Que sentido tem afirmar-se que se está a construir uma "nova esquerda" a pretexto da dita "guerra" do Iraque, quando quem usou o pretexto dessa guerra foi quem ilegalmente a desencadeou? E desonestidade intelectual flagrante e não resiste ao contraditório, a produção dessa afirmação!

Orgulhosos de sermos portugueses e europeus! Capazes sempre de dar Novos Mundos ao Mundo! Capazes de fazermos Timores, sempre! Orgulhosos das nossas raizes históricas e da nossa soberania feita de razão e humanismo, somos afirmadamente europeus e, como tal pacificadores e neutrais, sobretudo face aos interesses tribais instalados, mesmo que as tribos e os seus chefes acabem por se considerar donos e usurpadores das nações, como é agora o caso na peça que está em cena, boa para os novos "trouwellers" portugueses, soltos do canil.

PAULO BARRAL



JOSÉ NEVES
FUNDADOR DO PS

A CONVENÇÃO DE GENEBRA E AS MASMORRAS DE GUANTANAMO

São estes os senhores dos EUA que querem dirigir o mundo com esta ética, práticas e métodos? Ou será que pretendem um retrocesso na sociedade, regressando à época escravagista, respeitando a Convenção de Genebra para si e seus amigos e reservando para os outros - como aos escravos do passado (agora os suspeitos de Al-Qaeda) - as masmorras de Guantanamo?

Os EUA são sem dúvida, naturalmente, os grandes defensores dos seus cidadãos, o que é a todos os títulos louvável, desde que não desprezetassem os direitos dos outros povos, o que vem acontecendo ao longo dos anos, espezinhando os direitos humanos mais elementares.

Vem isto a propósito da pressurosa defesa pelos EUA dos direitos dos prisioneiros de guerra americanos efectuados pelos iraquianos logo a seguir aos primeiros momentos das detenções. E imediatamente foram evocados, e muito bem, os direitos que a Convenção de Genebra confere aos prisioneiros de guerra.

Com a devida cortesia transcrevo alguns pontos da entrevista concedida por Mário Soares ao "Diário de Notícias" no dia 23 de Janeiro, sobre os presos suspeitos de pertencerem à Al-Qaeda, detidos em Guantanamo, local que os EUA ainda conservam em Cuba: "Há pessoas encerradas há quase um ano... não têm a possibilidade de

ter advogado de defesa, estão totalmente condenados só porque são "suspeitas", sem qualquer julgamento prévio e por tempo indeterminado... os prisioneiros de Guantanamo não são tratados como prisioneiros de guerra, senão ter-lhe-iam aplicado as Convenções de Genebra

- o que não foi o caso".
Cito ainda o "Diário de Notícias", artigo de Alexandra Prado Coelho, de 21 de Março, começando por reproduzir o início do artigo: "Suspeitos de Al-Qaeda detidos na base norte-americana em Cuba, são mostrados apelhados, algemados e com os olhos e ouvidos tapados". Depois a opinião da Amnistia Internacional, que considera "desumanas" "crúéis e "degradantes" as condições em que os combatentes capturados no Afeganistão pela Aliança do Norte e entregues às tropas norte-americanas foram transportados e estão a ser mantidos em Guantanamo. A Cruz Vermelha Internacional também defende "que os homens capturados no Afeganistão são prisioneiros de guerra" Acrescentamos ainda, continuando a mesma citação - "O advogado William Bourdon, citado ontem pelo "Liberation", considera também que os EUA estão a cair em contradição: Há uma incoerência americana em utilizar o direito internacional para lutar contra o hiperterrorismo através de resoluções da ONU que equiparam os atentados a actos de guerra, e ao mesmo tempo recusar-se a aplicar a Convenção de Genebra que codifica o direito em guerra".

Comentários a todas estas indignantes evidências para quê? Mas sempre acrescento algo do que já vai começando a ser uma redundância.

A superpotência, na altitude arrogante e insolente que caracteriza os dominadores imperiais, ignora a opinião das mais conciliadas e insuspetas instituições internacionais, como a Amnistia Internacional, a Cruz Vermelha Internacional, ou mesmo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, de que é membro permanente, comportando-se como quem não deve quaisquer explicações à comunidade mundial e num completo desprezo pelo Direito Internacional. Diga-se, em abono da verdade, que os chefes do Pentágono lá se vão reunindo com um ou outro europeu (especialmente os mais próximos da sua ideologia e não com os da "Europa Velha"), para manterem a reputação da democracia mais velha do mundo... - como se fosse possível nos esquecermos das purgas promovidas pelo senador Joseph McCarthy, nos anos 50 do século passado...

São estes os senhores dos EUA que querem dirigir o mundo com esta ética, práticas e métodos? Ou será que pretendem um retrocesso na sociedade, regressando à época escravagista, respeitando a Convenção de Genebra para si e seus amigos e reservando para os outros - como aos escravos do passado (agora os suspeitos de Al-Qaeda) - as masmorras de Guantanamo?

E não serão estas práticas e intenções de no futuro governarem o mundo que obstinadamente não se queiram comprometer com a assinatura do nascimento do tratado do TPI - Tribunal Penal Internacional?

Há 30 anos, quando fundámos o Partido Socialista, a comunidade dos EUA era a típica representante do capitalismo puro e duro e, como tal, era alvo de permanentes acomelidas dos socialistas. Depois, parece que um certo temor reverencial fez calar muitas vozes...

Será que é desta vez que vamos abrir os olhos definitivamente ao que nos rodeia e que tanto sofrimento está a infligir a tantos povos?

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

O DESEMPREGO CRESCE...

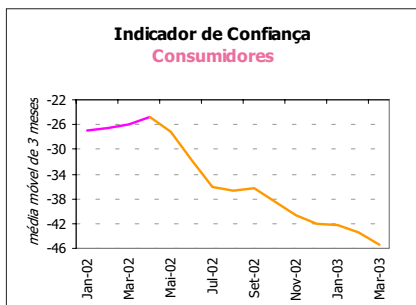


Em Fevereiro, a taxa de desemprego em Portugal situou-se em 6,7%.

Portugal foi o país da UE que registou o maior aumento da taxa de desemprego (2,4 pontos percentuais) em comparação com o mês homólogo do ano anterior, passando de 6º lugar em Fevereiro de 2002, para 7º em Fevereiro deste ano.

Em Janeiro de 2003 a taxa de desemprego em Portugal tinha-se situado em 6,5%.

... A CONFIANÇA BAIXA



O indicador de confiança dos consumidores continua em queda, atingindo novo valor mínimo em Março.

... E O GOVERNO IMPLODE

Sairam dois ministros, um foi derrubado pelo "Independente" e o outro aproveitou a porta aberta para ir embora. Oito secretários de Estado também abandonaram o barco em conflito com as respectivas tutelas. Entretanto, o desemprego dispara. A confiança cai.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director
Augusto Santos Silva

Director-adjunto
Sívino Gomes da Silva silvino@ps.pt

Redacção
J.C. Castelo Branco cbcastelo@ps.pt
Mary Rodrigues mary@ps.pt
P. Pisco ppisco@ps.pt

Secretariado
Virginia Damas virginia@ps.pt

Grafismo
Miguel Andrade

Paginação electrónica
Francisco Sandoval francisco@ps.pt

Edição electrónica
Jose Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail acao@socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição
Partido Socialista
Largo do Rato 2 - 1269-143 Lisboa
Telefone: 21 362 20 00 Fax: 21 362 20 07

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal
Nº 21339/88- ISSN: 0671-102X

Impressão
Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



**30 ANOS
PARTIDO SOCIALISTA**

Esta edição comemorativa dos 30 anos do Partido Socialista conta com os contributos de Alberto Aires de Carvalho > Alberto Oliveira & Silva > António Almeida > António José Seguro > Beatriz Lucas do B > Sérgio Delgado > Eduardo Ferro Rodrigues > Jovita Martins > João Gomes > José Rodrigues > José Nunes > Lúcia Chai > Luís Ruivo da Ponte > Luís Soares > Manuel Pinheiro Marques > Margarida Marques > Maria Carolina Tili March > Maria de Jesus Barros > Maria Sousa > Maria Sotomayor Carreira > Nóbilo Chagas > Raquel Lino > Sérgio Sousa Pinho

O Partido Socialista está acessível na página oficial de Internet do Partido Socialista.

Visite-nos

<http://www.ps.pt>

À VENDA